

24 governadores selam compromisso pela democracia

Rosinei Coutinho - STF



HORA DO POVO

ANO XXXI - Nº 3.820 25 a 31 de Agosto de 2021

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

“Bolsonaro flerta com o autoritarismo”, diz governador paulista

Os chefes dos executivos de 24 unidades debateram a defesa da democracia depois dos ataques desferidos por Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal (STF). Doria denunciou que o “presidente flerta com o autoritarismo”. Ficaram acertadas ações conjuntas, como uma reunião entre os três poderes para discutir a crise. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), foi o anfitrião do encontro, onde o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), defendeu a criação de um “Pacto pela Democracia”. **Página 3**

Oreiro: “juro maior não faz efeito na inflação e atrapalha economia”

Agência IBGE Notícias



“Prato feito” fica 22,57% mais caro no espaço de doze meses

Com a disparada no preço do arroz e das carnes, o popular “prato feito”, o conhecido PF, ficou também bem mais caro. O custo para fazer uma refeição completa composta por 10 itens apresentou um crescimento médio de 22,57% no último ano. O número é quase o dobro da inflação identificada no grupo de Alimentos do IPC, de 11,8% no período. O arroz subiu 37,5%, o feijão preto aumentou 18,46% e as carnes bovinas pesaram bastante para deixar o prato do brasileiro ainda mais salgado, com uma alta de 32,69%. **Página 2**

O economista José Luis Oreiro afirmou, em entrevista ao HP, que o aumento dos juros não tem nenhum impacto sobre a inflação de alimentos, da energia elétrica ou dos combustíveis, mas é negativo sobre a economia, porque “atua no sentido de retardar a recuperação cíclica da economia brasileira”. Segundo o professor da Universidade de Brasília (UnB), “a inflação está de volta por fatores relacionados ao lado da oferta da economia. É uma inflação de custos, não é uma inflação de demanda”. **Página 2**

Investigados por armar baderna fizeram reunião com Bolsonaro

Os investigados por ameaças à democracia e ao Supremo Tribunal Federal (STF), Sérgio Reis, Eduardo Araújo e Turíbio Torres, entre outros, estiveram no Palácio do Planalto com Jair Bolsonaro e seus ministros. Eles foram alvo de operações de busca e apreensão e terão que prestar depoimento por conta de ameaças violentas diretas contra o Supremo. **Página 4**

EUA multiplicou mais de 40 vezes produção de ópio no Afeganistão

“Em vez de combater o narcotráfico, durante as duas décadas de controle político-militar do Afeganistão, os Estados Unidos puseram em prática um projeto para criar um laboratório de drogas em escala global”, denunciou o secretário do Conselho de Segurança da Rússia, Nikolai Patrushev, frisando que “a produção de opiáceos se multiplicou em mais de 40 vezes”. **P. 7**

Supremo repudia Bolsonaro, em nota, por pedir impeachment do ministro Moraes

O Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou nota na sexta-feira (20) repudiando a provocação de Jair Bolsonaro por entrar com processo no Senado Federal pedindo o impeachment do ministro Alexandre de Moraes. O STF “neste momento em que as instituições brasileiras buscam meios para manter a higidez da democracia, repudia o ato do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, de oferecer denúncia contra um de seus integrantes por conta de decisões em inquérito chancelado pelo Plenário da Corte”, diz a nota. Para o Tribunal, “o Estado Democrático de Direito não tolera que um magistrado seja acusado por suas decisões”. **Pág. 3**

Ministro da Educação diz que educação não adianta pois não há emprego

No último sábado (21), o ministro da Educação, Milton Ribeiro, realizou mais um discurso contra a educação, mais precisamente a entrada de estudantes na universidade. “Que adianta você ter um diploma na parede, o menino faz inclusive o financiamento do FIES que é um instrumento útil, mas depois ele sai, termina o curso, mas fica endividado e não consegue pagar porque não tem emprego”, disse. Já para a área econômica do governo, não adianta ter emprego porque o brasileiro ‘não tem qualificação’. Nem educação nem emprego. **Página 4**

Govsp



SP: Butantan entrega mais 4 milhões de doses ao PNI

Na segunda-feira, mais 4 milhões de doses da vacina do Butantan contra Covid-19 foram entregues ao Programa Nacional de Imunizações (PNI), somando 78,8 milhões de doses. **Página 4**

Inflação não é de demanda, afirma o economista José Luis Oreiro

“Dolarização, fim dos estoques e clima agravaram a inflação”



Oreiro: “alta dos juros não resolve o problema, aumenta o déficit público e retarda a recuperação cíclica da economia brasileira”

Nelson Marconi: “inflação já é nefasta, com juro e câmbio subindo é pior ainda”

Para o economista, “com essa taxa de desemprego alta, nós não temos uma pressão de demanda sobre os preços. A pressão vem pelo lado dos custos”

O economista Nelson Marconi, graduado em economia pela PUC-SP, mestre e doutor em economia pela FGV-SP, afirma que o aumento dos juros pelo Banco Central não vai ter impacto sobre a disparada da inflação que está trazendo “consequências muito nefastas para a população”.

“Com essa taxa de desemprego alta que tem aí, nós não temos uma pressão de demanda sobre os preços. A pressão vem, pelo lado dos custos”, diz Marconi.

“A taxa de juro exerce impacto muito pequeno. Ela poderia exercer via taxa de câmbio, mas o que nós estamos vendo é o câmbio subir junto com os juros. A influência forte sobre o câmbio vem das próprias bobagens do governo, da incompetência deles”, assinalou o economista. Confira a entrevista:

HORA DO POVO: Na sua opinião, quais são as causas da disparada da inflação e quais as consequências para a população?

NELSON MARCONI - Na verdade, o governo desmontou os estoques reguladores de alimentos, que era uma coisa importante para controlar os preços, e faz uma política de preços em relação aos combustíveis que só interessa aos investidores na Petrobrás.

Eles estão preocupados em aumentar o lucro da Petrobrás, mas não em tratar a Petrobrás como uma empresa estratégica para o país, que seria muito importante porque ela gera insumos que ainda são fundamentais para toda a economia, e o terceiro ponto é a política energética.

O que está acontecendo foi anunciado, um desmatamento ab-



Marconi: o que nós estamos vendo é o câmbio subir junto com os juros e as pessoas deixando de consumir judicial mesmo.

surdo, total desrespeito a qualquer padrão de preservação ambiental, e, com isso, logicamente, a gente sabia que ia ter problema aqui nas nossas represas e tudo mais para gerar energia hídrica. A gente ainda vai ter um problema maior e lógico isso tem um impacto na conta de luz. Agora me diz, o que a taxa de juros tem a ver com isso? Absolutamente nada.

A inflação traz consequências muito nefastas para a população, principalmente porque você está tendo um impacto grande, um aumento do preço em itens que são importantes para a população, como energia, combustíveis e os alimentos, que é o principal.

A gente está vendo que as pessoas estão deixando de consumir determinados itens, passando a consumir outros itens que não têm o mesmo valor nutritivo, substituindo alimentos porque realmente esse impacto chegou na mesa das pessoas. É muito pre-

“Os juros não têm nenhum impacto sobre o preço da energia elétrica, dos alimentos, das commodities. Portanto, os juros não têm nenhum impacto direto sobre a inflação, que por ser um choque de oferta é de caráter puramente temporário”, enfatiza o professor da Universidade de Brasília

O economista José Luis Oreiro afirmou, em entrevista ao HP, que o aumento dos juros não tem nenhum impacto sobre a inflação de alimentos, da energia elétrica ou dos combustíveis, mas é negativo sobre a economia, porque “atua no sentido de retardar a recuperação cíclica da economia brasileira”. Segundo o professor da Universidade de Brasília (UnB), “a inflação está de volta por fatores relacionados ao lado da oferta da economia. É uma inflação de custos, não é uma inflação de demanda”. Ou seja, “trata-se de uma sequência de choques de oferta que estão produzindo uma elevação de caráter temporário da taxa inflação”.

HORA DO POVO – Por que a inflação está de volta?

JOSÉ LUIS OREIRO – A inflação está de volta por fatores relacionados ao lado da oferta da economia. É uma inflação de custos, não é uma inflação de demanda. Basicamente, o que está pressionando a inflação nos últimos doze meses? Nos últimos doze meses nós tivemos pressão inflacionária devido ao aumento dos preços dos alimentos, devido ao aumento do preço das commodities no mercado internacional, notadamente o petróleo, que tinha caído muito no início da pandemia do Covid-19, mas ele voltou a subir muito a partir do segundo semestre do ano passado em função da forte recuperação da economia chinesa e depois a forte recuperação da economia norte-americana, então, essa a segunda razão, o aumento do preço das commodities. E a terceira razão, foi a fortíssima desvalorização da taxa de câmbio, observada ao longo do ano de 2020, em que, se a gente pegar a cotação no dia 1º de janeiro de 2020, o dólar estava em torno de R\$ 4,20 e ele chega a quase R\$ 6 no segundo semestre de 2020.

Então, a combinação de inflação de alimentos, que por sua vez foi resultado da estagim do ano passado, que nós tivemos o pior índice de chuvas desde 1931, junto com o aumento da demanda por alimentos a nível internacional em função da constituição de estoques precaucionais de alimentos por uma série de países, também o fim dos estoques reguladores da Conab, feito pelo Paulo Guedes em 2019, todos esses fatores contribuíram para a elevação dos preços dos alimentos.

O aumento do preço das commodities bateu no preço do petróleo e portanto no preço dos combustíveis aqui no Brasil, elevando a inflação a partir do segundo semestre de 2020. Além disso, o regime de chuvas, muito abaixo da média histórica, o pior desde 1931, também contribuiu para o aumento do preço de energia. Então, todos esses fatores somados explicam a elevação da inflação, ou seja, trata-se de uma sequência de choques de oferta que estão produzindo uma elevação de caráter temporário da taxa inflação.

HP – Qual o impacto da elevação dos juros pelo Banco Central so-

bre a inflação?

JOSÉ LUIS OREIRO – Os juros não têm nenhum impacto sobre o preço da energia elétrica, não têm nenhum impacto sobre o preço dos alimentos, não têm nenhum impacto sobre o preço das commodities. Portanto, os juros não têm nenhum impacto direto sobre a inflação, que, como eu disse, por ser um choque de oferta é de caráter puramente temporário. Se a economia estivesse superaquecida, estivesse operando próxima do pleno emprego, então você deveria, sim, subir os juros para evitar que os chamados efeitos secundários do choque de oferta, ou seja, o repasse do aumento do preço da energia, do preço dos combustíveis, do preço dos alimentos, para os preços dos serviços, etc.

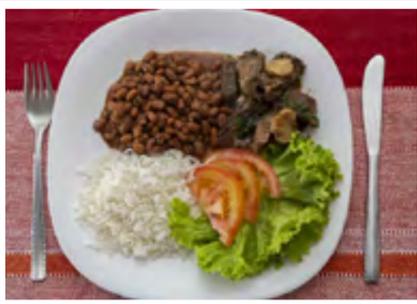
Embora o núcleo de inflação e a inflação de serviços tenham mostrado uma elevação nos últimos meses, mostrando a existência de algum efeito de repasse, ele é muito pequeno. Então, essa elevação muito forte da taxa de juros certamente não vai ter impacto sobre a inflação, ela vai cair naturalmente uma vez dissipados os efeitos do choque de oferta.

Agora, o efeito do juro é negativo sobre a economia, por dois mecanismos. Primeiro, porque aumenta o custo de rolagem da dívida pública e portanto aumenta o déficit público, o déficit nominal aumenta. Em segundo lugar, porque torna mais caro o crédito para o financiamento de bens de consumo duráveis, para o financiamento da aquisição de imóveis, portanto ele atua no sentido de retardar a recuperação cíclica da economia brasileira.

HP – Na sua opinião, o que pode ser feito neste caso?

JOSÉ LUIS OREIRO – Não sei se dá muito mais o que fazer nessa altura do campeonato. Guedes não deveria ter acabado com os estoques reguladores da Conab. Nós poderíamos ter moderado o ritmo de desvalorização do câmbio, não só com um intervenção mais forte do Banco Central no mercado de câmbio, introduzindo controles à saída de capitais, porque muitos capitais saíram da economia brasileira em 2020 por conta das malucos governos Bolsonaro, seja da atitude do governo com respeito à Amazônia, o que está fazendo com que uma proporção cada vez maior de investidores internacionais se sintam desconfortáveis em manter investimentos no Brasil, seja pelo próprio fracasso do controle da pandemia, que também gera incerteza, e por fim os reiterados ataques do governo Bolsonaro, seja ao estado democrático de direito, seja à China, que é o nosso principal parceiro comercial.

Tudo isso gera incerteza, a incerteza gera a desvalorização de ativos, ou seja, a nossa moeda se desvaloriza frente ao dólar e isso acaba tensionando a inflação. Enfim, poderíamos ter feito uma série de medidas, mas não fizemos por conta da pessoa que ocupa a cadeira da Presidência da República.



Popular “prato feito” sobe 22,57% em 1 ano com disparada nos preços do arroz e das carnes

Com a disparada no preço do arroz e das carnes, o popular “prato feito”, o conhecido PF, ficou também bem mais caro. O custo para fazer uma refeição completa composta por 10 itens apresentou um crescimento médio de 22,57% no último ano. O número é quase o dobro da inflação identificada no grupo de Alimentos do IPC, de 11,8% no período.

O preço do arroz e do feijão, principais alimentos do “prato feito” do brasileiro, subiu mais de 60% nos últimos 12 meses, apontou levantamento recente realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV). O arroz subiu 37,5%, o feijão preto aumentou 18,46% e as carnes bovinas pesaram bastante no prato do brasileiro, com alta de 32,69%.

O reajuste nos preços, que acompanha uma verdadeira crise inflacionária no país, foi 10 vezes maior do que a variação do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) indicador geral de preços também calculado pela FGV.

Item a item, a pesquisa aponta o seguinte aumento de preços em 12 meses: Arroz: +37,5%; Feijão preto: +18,46%; Carne bovina: +32,69%; Frango inteiro: +22,73%; Tomate: +37,24%; Alface: +9,74% e Ovos: +13,5%.

A raiz do problema da inflação dos alimentos está na política econômica adotada pelo atual governo. Sem estoque regulador para o mercado interno e entregando tudo às exportações para aproveitar a remuneração dos preços internacionais, a população brasileira fica proibida de consumir por contas dos preços do que sobra.

“O câmbio desfavorável leva ao crescimento das exportações, sobretudo dos cereais e das carnes, favorecendo a redução da oferta interna e pressionando os preços”, diz Matheus Peçanha, pesquisador do Ibre FGV. Ele acrescenta que a inflação também é reflexo das condições climáticas – mais uma razão para que o governo priorizasse o mercado interno.

Leia matéria completa no site: <https://horadopovo.com.br/prato-feito-sobe-2257-em-1-ano-com-disparada-no-preco-do-arroz-e-das-carnes/>.

Guedes ameaça salários se PEC do calote não passar

Mais uma chantagem para não pagar os precatórios

Paulo Guedes, o principal responsável, junto com Bolsonaro, pelo desastre da economia nacional, pelo desemprego e subemprego que atinge mais de 30 milhões de brasileiros, pelo crescimento pífio da produção e, agora, pela explosão inflacionária, resolveu ameaçar não pagar salários se não houver apoio à sua intenção de aplicar o calote nos credores da União que obtiveram o direito de receber sua dívida na Justiça.

Ele já havia ameaçado antes que não alocaria recursos para a compra de vacinas caso não apoiassem o calote nos precatórios pretendido pelo governo. Esse discurso não passa de pura chantagem para que o Congresso Nacional aprove a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos precatórios, que são dívidas judiciais da União. Guedes afirmou que, sem o adiamento no pagamento dos R\$ 89,1 bilhões que estão previstos para 2022, até os salários dos servidores estão ameaçados. Uma confissão clara do fracasso deste

desgoverno que não faz absolutamente nada pelo Brasil.

“É inexequível pagar precatório de R\$ 90 bilhões com leis vigentes, vai parar Brasília”, afirmou. “Vai faltar para todos, inclusive, para salários”, acrescentou Guedes, na quinta-feira (19), em defesa da proposta que visa parcelar por 10 anos o pagamento de precatórios. O calote proposto por Guedes é visto como uma medida ilegal, inclusive, vem sendo chamada de “PEC das pedaladas”, numa alusão ao motivo alegado para o impeachment da ex-presidente Dilma.

Ou seja, ele não paga o que deve, não cria empregos para os brasileiros, não controla os preços que não param de subir, não atrai investimentos, faz o dólar disparar, corta salários e serviços públicos, em suma, não governa. Não faz nada.

Veja matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/guedes-afunda-o-pais-e-ameaca-os-salarios-se-calote-nos-precatorios-nao-passar/>.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto Redação: fone (11) 2307-4112 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br E-mail: comercial@horadopovo.com.br E-mail: hp.comercial@uol.com.br Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679 E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000 Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480 E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603 E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/FPassagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

24 governadores repudiam o golpismo e apoiam Supremo



Moraes e Luiz Fux, presidente do STF

Em nota, STF repudia Bolsonaro por pedir o impeachment do ministro Alexandre de Moraes

O Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou nota na tarde desta sexta-feira (20) repudiando Jair Bolsonaro por entrar com processo no Senado Federal para pedir o impeachment do ministro Alexandre de Moraes.

Leia a íntegra da nota:

NOTA OFICIAL

O Supremo Tribunal Federal, neste momento em que as instituições brasileiras buscam meios para manter a higidez da democracia, repudia o ato do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, de oferecer denúncia contra um de seus integrantes por conta de decisões em inquérito cancelado pelo Plenário da Corte.

O Estado Democrático de Direito não tolera que um magistrado seja acusado por suas decisões, uma vez que devem ser questionadas nas vias recursais próprias, obedecido o devido processo legal.

O STF, ao mesmo tempo em que manifesta total confiança na independência e imparcialidade do Ministro Alexandre de Moraes, aguardará de forma republicana a deliberação do Senado Federal.

Brasília, 20 de agosto de 2021.

Investigados por instigarem baderna se encontraram com Bolsonaro no dia 12 de agosto

Os investigados por ameaças à democracia e ao Supremo Tribunal Federal (STF), Sérgio Reis, Eduardo Araújo e Turibio Torres, entre outros, estiveram no Palácio do Planalto com Jair Bolsonaro e seus ministros.

Eles foram alvo de operações de busca e apreensão e terão que prestar depoimento por conta de ameaças violentas diretas contra o Supremo. Sérgio Reis gravou um áudio dizendo que estava organizando uma passeata em Brasília, para 7 de setembro, e que “nós vamos invadir, quebrar tudo e tirar os caras na marra”, referindo-se aos ministros do STF.

No dia 12 de agosto, Sérgio Reis e Eduardo Araújo se reuniram com Jair Bolsonaro, por fora da agenda oficial. Eles publicaram apenas um vídeo cantando com Bolsonaro.

No dia seguinte após o encontro com Bolsonaro, Sérgio Reis discursou na sede Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) afirmando que seu grupo pretendia parar o Brasil por 72 horas e que, se o presidente do Senado “não fizer nada” em relação ao pleito de destituir ministros do Supremo “ninguém anda no País”.

No áudio, Sérgio Reis diz que fez “uma reunião, almoçando com o presidente. Lá estava o ministro da Defesa, os generais do Exército, Marinha e Aeronáutica”. Segundo o cantor, a reunião tratou da organização do golpe do dia 7 de setembro.

O Exército negou que seus membros tenham participado de qualquer reunião com Sérgio Reis.

O caminhoneiro Marcos Antônio Pereira Gomes, conhecido como “Zé Trovão”, também participou do encontro. Em um vídeo, Zé Trovão disse que “o povo exige intervenção militar já, com Bolsonaro no poder”.

O empresário Turibio Torres, que também está sendo investigado, publicou fotos com o general Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), com Gilson Machado, ministro do Turismo, e com Mosart Aragão, assessor especial de Bolsonaro.

Nas motociatas em Santa Catarina, Turibio tirou uma foto com a deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP). A legenda da publicação nas redes sociais era: “Carla Zambelli tirando nossas dúvidas sobre o movimento do dia 7 de setembro”.

Zé Trovão, nesse mesmo dia, gravou um vídeo ao lado de Carla Zambelli e disse que “depois eu vou passar por lá [Brasília], espero ver vocês, sei da pauta de vocês, Zé Trovão é um cara correto”.

Os investigados também foram até quartéis das Forças Armadas para informar sobre a manifestação golpista.

Em um vídeo publicado no Youtube, Bruno Henrique Semczesz, que também está sendo investigado, disse que “uma equipe do movimento 7 de setembro entregou em Brasília um documento oficial informando os comandantes das três Forças Armadas sobre a realização do evento”.

OPERAÇÃO

Na sexta-feira (20), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, autorizou operações de busca e apreensão nos endereços do cantor sertanejo Sérgio Reis e o deputado bolsonarista Ottoni de Paula (PSC-RJ) e os proibiu de chegarem próximos à Praça dos Três Poderes, em Brasília, por conta das ameaças à democracia.

Alexandre de Moraes afirmou que Sérgio Reis e Ottoni de Paula estavam incentivando práticas inconstitucionais e tramando um movimento golpista, aproveitando-se traiçoeiramente da popular data da nossa Independência, o dia 7 de Setembro.

Declarações dos dois “revelam-se ilícitas e gravíssimas, constituindo ameaça ilegal à segurança dos ministros do STF e aos membros do Congresso Nacional”, avaliou Moraes.

A decisão do ministro também engloba o cantor Eduardo Oliveira Araújo, que era da Jovem Guarda, os empresários Turibio Torres e Alexandre Urbano Raitz Petersen, o caminhoneiro Marco Antônio Pereira Gomes, conhecido como “Zé Trovão”, o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), Antonio Galvan, e outros.



Encontro aconteceu de forma semipresencial em Brasília, segunda-feira (23/8)

No 7 de Setembro, a Paulista é do povo

A praça! A praça é do povo
Como o céu é do condor
É o antro onde a liberdade
Cria águias em seu calor.
Castro Alves, O Povo ao Poder

O fascismo – inclusive em suas variantes mais vagabundas, como é o caso de Bolsonaro e seu círculo mais pegajoso – sempre joga na confusão, para passar por cima das leis, das regras e das instituições que quer derrogar.

Assim é o caso da tentativa de tomar a Avenida Paulista, no Sete de Setembro, para uma manifestação golpista, de resto ilegal, pois abertamente voltada para a destituição do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso (inclusive tentando passar por cima da decisão da Câmara sobre o “voto impresso”).

Para a maior parte das pessoas, a confusão aprontada pelos sequazes de Bolsonaro é tanta, que parece incompreensível essa suposta “disputa” da Paulista. Já abordamos esta questão em matéria anterior, mas voltemos ao assunto, pois ele continua presente – e cada vez mais – à medida em que nos aproximamos do Sete de Setembro.

Pois tudo é bastante simples. Resumamos o problema:

- 1) Por uma decisão judicial, somente pode ser realizado um ato na Avenida Paulista em um determinado dia (v. Decisão do processo nº 1000553-30.2020.8.26.0228).
- 2) Para o último dia 24 de julho, além do movimento em defesa da democracia, uma única pessoa requisitou a Paulista para “um ato de cunho religioso”. Entretanto, foram os mesmos promotores desse ato que preferiram realizá-lo no Ibirapuera, bem longe da Paulista. No entanto, fomos nós mesmos que preferimos fazer o ato religioso não era para um ato político a favor de Bolsonaro, mas para “um ato de cunho religioso”.
- 3) Então, no dia 24 de julho, realizou-se, na Paulista, o ato, em defesa da democracia, da campanha “Fora Bolsonaro!”. Não houve disputa, pois o ato religioso (a “Marcha por Jesus”) foi, como dissemos acima, no Ibirapuera, por decisão de seus

próprios organizadores.

4) Por fim, no dia 1º de agosto, Bolsonaro fez o ato em seu apoio e do “voto impresso”.

FRAUDE
Entretanto, apesar de ser claro o que está acima, a patifaria bolsonarista – essa, cuja face visível, nos últimos dias, é composta por quase-cadáveres como Roberto Jefferson, Sérgio Reis, Eduardo Araújo, Amado Batista e outras múmias em perspectiva – diz que, como para o dia 24 de julho houve um pedido para o mencionado “ato de cunho religioso”, mas ele não foi realizado, a vez agora, no Sete de Setembro, seria deles, na Avenida Paulista.

Ou seja, o Sete de Setembro substituiria o 24 de julho que eles não realizaram na Paulista. Que o pedido para o 24 de julho tenha sido para um ato religioso – e não para um ato político, como o que o círculo de Bolsonaro pretende realizar em Sete de Setembro – e que, mesmo assim, a decisão de realizar esse ato religioso no Ibirapuera (e não na Paulista) haja sido de seus promotores, é coisa que não importa para escroques.

Por qualquer critério, isso é uma farsa. Ou, como sempre acontece com o fascismo, uma fraude e uma mentira. Vamos, outra vez, resumir:

- 1) A requisição do dia 24 de julho não foi para uma manifestação de Bolsonaro, como é agora, mas para um ato religioso.
- 2) Os próprios organizadores desse ato religioso desistiram de realizá-lo na Avenida Paulista.
- 3) A última manifestação política na Avenida Paulista foi a favor de Bolsonaro (a do “voto impresso”) no dia 1º de agosto.
- 4) Portanto, pelo critério de rezevamento, a Paulista, no Sete de Setembro, está reservada, de pleno direito, para as manifestações contra Bolsonaro.

INDEPENDÊNCIA
As entidades que organizam o ato contra Bolsonaro e o “Grito dos Excluídos”, da Igreja Católica, estranharam quando o comando do 11º Batalhão da Polícia Militar de São Paulo disse que a vez na Paulista era de Bolsonaro & bando.

Aliás, é estranho que quem determine a vez na Paulista seja o comando do batalhão da PM da região. Isso não é justo com a própria PM, quanto mais com a sociedade em geral.

As entidades solicitaram a Paulista no dia 16 de agosto, portanto, muito antes do prazo mínimo estabelecido pelo governo do Estado (cinco dias antes da manifestação, pelo Decreto Estadual nº 64.074/2019).

Diante do que disse o comando do 11º Batalhão da Polícia Militar, as entidades entraram com recurso no Ministério Público.

No Dia da Independência, ter a principal via da principal cidade do país entregue a inimigos da liberdade e da soberania é algo de fazer a Pátria urrar de dor.

Pelo contrário, a Avenida Paulista, como a praça e a rua de Castro Alves, é do povo.

Assim como o céu é do condor.

C. L.



Ato na Avenida Paulista pela democracia

tação política na Avenida Paulista foi a favor de Bolsonaro (a do “voto impresso”) no dia 1º de agosto.

4) Portanto, pelo critério de rezevamento, a Paulista, no Sete de Setembro, está reservada, de pleno direito, para as manifestações contra Bolsonaro.

INDEPENDÊNCIA
As entidades que organizam o ato contra Bolsonaro e o “Grito dos Excluídos”, da Igreja Católica, estranharam quando o comando do 11º Batalhão da Polícia Militar de São Paulo disse que a vez na Paulista era de Bolsonaro & bando.

Aliás, é estranho que quem determine a vez na Paulista seja o comando do batalhão da PM da região. Isso não é justo com a própria PM, quanto mais com a sociedade em geral.

As entidades solicitaram a Paulista no dia 16 de agosto, portanto, muito antes do prazo mínimo estabelecido pelo governo do Estado (cinco dias antes da manifestação, pelo Decreto Estadual nº 64.074/2019).

Diante do que disse o comando do 11º Batalhão da Polícia Militar, as entidades entraram com recurso no Ministério Público.

No Dia da Independência, ter a principal via da principal cidade do país entregue a inimigos da liberdade e da soberania é algo de fazer a Pátria urrar de dor.

Pelo contrário, a Avenida Paulista, como a praça e a rua de Castro Alves, é do povo.

Assim como o céu é do condor.

Rodrigo Pacheco e Fux se reúnem após ataques de Bolsonaro: “democracia não pode ser questionada”

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), encontrou-se com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, nesta quarta-feira (18).

O encontro se deu após Bolsonaro agredir e ofender os ministros do STF e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), além de ameaçar o país com falas golpistas, antidemocráticas e anti-instituições. A reunião foi pedida por Pacheco no intuito de buscar diálogo entre os poderes.

Por conta dos repetidos e graves ataques de Bolsonaro, o presidente do STF cancelou uma reunião agendada entre os poderes da República visando abrir o diálogo e o entendimento.

Em entrevista coletiva ao sair da reunião com Fux, Rodrigo Pacheco ressaltou a necessidade de “reestabelecimento do diálogo” entre os poderes, especialmente entre o Executivo e o Judiciário.

“Nós precisamos de uma pauta propositiva, e o ambiente dessa pauta propositiva é a democracia. A democracia não pode ser questionada da forma como vem sendo questionada no país”, afirmou o senador.

“Concordamos que o radicalismo e o extremismo são muito ruins e capazes de derrotar a democracia. Não precisamos concordar sempre, mas temos que respeitar as divergências”, continuou o presidente do Congresso.

Pacheco disse que Fux se colocou favorável a me-

Apenas três faltaram à histórica reunião no DF em que os chefes estaduais selaram compromisso pela democracia

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), sediou, nesta segunda-feira (23), reunião com outros 23 governadores de outras unidades da Federação no IX Fórum Nacional de Governadores. Inicialmente a pauta era a reforma tributária e as relações entre governos, mas os chefes dos executivos debateram centralmente a defesa da democracia, depois dos ataques desferidos por Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal (STF).

AMEAÇAS À DEMOCRACIA

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB) defendeu, na reunião, a criação de um “Pacto pela Democracia” e afirmou que os gestores não podem “silenciar” diante das “ameaças” constantes contra a democracia feitas por Jair Bolsonaro e seus seguidores. A declaração foi feita três dias após Jair Bolsonaro enviar ao Senado um pedido de impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Doria bateu duro nos ataques do presidente da República à democracia e aos demais poderes. “O presidente fletta com o autoritarismo permanentemente, e muitos de seus ministros endossam isso. Nós, que fomos eleitos, temos obrigação de nos manifestar em favor da liberdade do Supremo”, afirmou Doria, lembrando que os bolsonaristas “estimulam pessoas a ir armadas para as ruas”, afirmou o governador paulista.

“Creiam, isso pode acontecer no seu estado. Aqui nós temos a inteligência da Polícia Civil, que indica claramente o crescimento desse movimento autoritário para criar limitações e restrições, com emparelhamento de governadores e prefeitos”, acrescentou Doria.

Para ele, o episódio ocorre “num momento gravíssimo da vida nacional”. O governador será um dos signatários de uma carta em defesa da democracia, proposta no fórum por Wellington Dias, governador do Piauí. “O Brasil vive um momento tenso, precisa de um ambiente de diálogo”, disse Dias.

MEDIDAS CONTRA A CRISE

Parte dos governadores defendeu que o grupo emitisse a carta ou nota pública rebatendo as ameaças de Bolsonaro. A ideia era a aprovação de uma carta aberta de todos os governadores em defesa do Supremo Tribunal Federal e cobrando uma mudança de postura do chefe do Executivo.

Alguns governadores, entre eles o de Santa Catarina, Goiás e Minas Gerais, consideraram melhor que, no lugar da carta, os governadores acertassem reuniões com representantes do Três Poderes para os próximos dias para discutir a crise. Foi decidida, então, consensualmente, a convocação dessas reuniões para os próximos dias dos governadores separadamente com integrantes dos três Poderes.

“Debatemos vários temas. Tratamos da situação em que vive o país, as discórdias que existem e da necessidade de se fortalecer a nossa democracia. Surgiu a proposta e foi decidido, por um consenso, o estabelecimento de uma linha direta de contato com o presidente da República. Uma linha de entendimento com a Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e também no STF. Nessas pautas também tratamos a questão da governança climática e sobre o interesse dos Estados”, explicou Ibaneis.

CONTROLE DAS POLÍCIAS
Ficou acertado que serão encaminhados os ofícios aos Poderes, para que, nas próximas semanas, os gestores possam reunir-se para conversar sobre a preocupação com o ambiente de instabilidade política pelo qual o país passa. Os governadores trataram também sobre a necessidade de integração

entre o poder central, estados e municípios para enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, com ações preventivas à variante delta, presente em quase todas as unidades federativas.

Foi discutido ainda a necessidade de maior controle sobre as polícias militares já que há fortes indícios de movimentações de bolsonaristas no sentido de infiltrá-las para aumentar a tensão política no país e favorecer as intenções golpistas de Bolsonaro. Foi relatado pelo governador João Doria o afastamento do coronel Aleksandro Lacerda, comandante de sete batalhões de Polícia Militar do interior paulista, que no fim de semana fez postagens convocando amigos para o ato bolsonarista marcado pelo presidente para o 7 de Setembro.

PERDAS COM REFORMA TRIBUTÁRIA
Sobre a reforma tributária, os governadores disseram que não vão aceitar perdas de receitas. O governador do Distrito Federal falou sobre esse tema representando a posição do fórum. “Existe uma previsão de perda em torno de R\$ 15 bilhões. Isso é inadmissível nesse momento de retomada da economia. Vamos levar ao Senado, além da pauta de harmonia entre os Poderes, as questões que implicam em perdas aos Estados e Municípios”, afirmou Ibaneis.

“É uma reforma muito ruim e por conta do Paulo Guedes. Foi ele quem a encaminhou. Essa reforma está muito mal discutida”, concluiu o governador.

O governador de Pernambuco, afirmou que as instituições têm sido agredidas diariamente, o que é preocupante. “Nós vamos olhar a história dos últimos dois anos e tem discussões sobre cloroquina, voto impresso, agora esses ataques frontais ao Supremo Tribunal Federal e a seus membros. Ataques, na verdade, à democracia”, disse Câmara. De acordo com o governador da Bahia, Rui Costa (PT) a postura do presidente Jair Bolsonaro, de ataques ao STF e “aqueles que eventualmente são defensores da democracia”, tem afetado os investimentos estrangeiros na economia brasileira, gerando prejuízo ao país.

O governador Flávio Dino (PSB-MA) afirmou que a preocupação geral dos governadores foi com “as agressões e conflitos em série, que prejudicam a economia e afastam o país da agenda real: investimentos, empregos, vacinas etc”. “A democracia deve prevalecer e as polícias não serão usadas em golpes”, disse ele.

Na semana passada, governadores de 13 estados, incluindo o DF, assinaram uma carta de apoio ao Supremo Tribunal Federal (STF) após o presidente Bolsonaro atacar a instituição. Na última terça-feira (17), o governador Ibaneis Rocha (MDB) comentou sobre a assinatura da carta de apoio e solidariedade ao STF. A nota pública foi direcionada aos ministros e às respectivas famílias, citando constantes ameaças e agressões à Corte.

“Sempre que alguém quiser atingir algum tipo de instituição no país, seja Executivo, Legislativo ou o Judiciário, [o Estado Democrático de Direito] vai ter o meu apoio. Eu sou um democrata e vou continuar defendendo isso com muita força”, disse Ibaneis, que ressaltou a importância de fortalecer as instituições.

O evento dos governadores desta segunda-feira (23) foi transmitido do Salão Nobre, no Palácio do Buriti. Participaram presencialmente da reunião, Ibaneis e o governador do Piauí e presidente do Fórum, Wellington Dias. Os demais chefes do Executivo participaram de forma virtual.

Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou na sexta-feira (20) operações de busca e apreensão nos endereços do cantor sertanejo Sérgio Reis e o deputado bolsonarista Ottoni de Paula (PSC-RJ) e os proibiu de chegarem próximos à Praça dos Três Poderes, em Brasília, por conta das ameaças à democracia.

Moraes disse que Sérgio Reis e Ottoni de Paula estavam incentivando práticas inconstitucionais e organizando um golpe durante as manifestações do dia 7 de setembro.

Declarações dos dois “revelam-se ilícitas e gravíssimas, constituindo ameaça ilegal à segurança dos ministros do STF e aos membros do Congresso Nacional”, avaliou Moraes.

A decisão do ministro também engloba o cantor Eduardo Oliveira Araújo, que era da Jovem Guarda, os empresários Turibio Torres e Alexandre Urbano Raitz Petersen, o caminhoneiro Marco Antônio Pereira Gomes, conhecido como “Zé Trovão”, o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), Antonio Galvan, e outros.

Alexandre de Moraes cita uma live de “Zé Trovão” e um áudio de Sérgio Reis, na qual os dois defendem o fechamento do Supremo. O deputado Ottoni de Paula também estava convocando seus seguidores das redes sociais para a mesma manifestação citada por Zé Trovão e Sérgio Reis.

As falas são “flagrante afronta à manutenção do Estado Democrático de Direito, em patente desconhecimento do postulado da liberdade de expressão”.

Ministro afirma que não adianta ter diploma “porque não tem emprego”

“Que adianta você ter um diploma na parede?”, indagou Milton Ribeiro, durante evento no interior de SP. Estudantes que protestaram foram expulsos

No último sábado (21), o ministro da Educação, Milton Ribeiro, realizou mais um discurso contra a entrada de estudantes na universidade. Em um encontro com representantes dos governos municipais da região de Nova Odessa (SP), o ministro questionou a própria busca por um diploma universitário por alunos que usam financiamento e depois ficam endividados “porque não tem emprego”. “Que adianta você ter um diploma na parede, o menino faz inclusive o financiamento do FIES que é um instrumento útil, mas depois ele sai, termina o curso, mas fica endividado e não consegue pagar porque não tem emprego”, disse.

Recentemente, o ministro afirmou que a “universidade deveria, na verdade, ser para poucos”. Ele defendeu que as verdadeiras “vedetes” (protagonistas) do futuro sejam os institutos federais, capazes de formar técnicos.

Ribeiro causou também outra polêmica ao dizer que há crianças com grau de deficiência em que “é impossível a convivência”.

O encontro ocorreu em um Ginásio de Esportes da cidade, onde normalmente é feita a vacinação contra a Covid-19 no município. Excepcionalmente, no sábado a imunização foi suspensa para o evento do governo federal.

Antes da chegada do ministro ao ginásio, representantes de organizações estudantis se reuniram para recebê-lo. Os manifestantes pediam mais oportunidades nas universidades e garantia de acesso à internet para alunos de baixa renda que tiveram o ensino prejudicado durante a pandemia.

Os dirigentes das entidades União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBes) e da União Nacional dos Estudantes (UNE) foram agredidos e retirados à força por membros da Guarda Municipal.

“Nós gostaríamos muito que ele estivesse nos recebendo no prédio do Ministério da Educação para uma reunião. Somos estudantes, não somos lixo, não somos ameaça. Mas ele nega a nos receber, então nós estamos aqui pra ver se ele passa a escutar os estudantes”, afirmou Rozana Barroso, presidente da UBES.

Em sua fala durante o evento, o ministro da Educação falou sobre a manifestação dos estudantes, o que chamou de “bagunça”. “Eu

tenho certeza que nenhum desses meninos barulhentos pertencem às cidades de vocês. Estão estudando. Gente que estuda não tem tempo de fazer bagunça”, afirmou.

“IMPOSSÍVEL A CONVIVÊNCIA”
Na quinta-feira (19), tentou consertar a declaração polêmica dada ao programa “Sem Censura”, da TV Brasil, na última semana, no qual o político disse que crianças com deficiências “atrapalhavam” os demais alunos em sala de aula, porém se complicou ainda mais ao explicar o que quis dizer, afirmando que existem crianças com “um grau de deficiência que é impossível a convivência”.

“Quando eu falei (que as crianças com deficiência) atrapalham, deixa eu explicar para vocês. Nós temos, hoje, 1,3 milhão de crianças com deficiência que estudam nas escolas públicas. Desse total, 12% têm um grau de deficiência que é impossível a convivência. O que o nosso governo fez: em vez de simplesmente jogá-los dentro de uma sala de aula, pelo ‘inclusivismo’, nós estamos criando salas especiais para que essas crianças possam receber o tratamento que merecem e precisam”, afirmou Ribeiro.

A declaração foi dada aos jornalistas após ele participar da reinauguração do Museu do Homem do Nordeste, em Recife, na quinta (19). O ministro foi novamente criticado por especialistas e autoridades.

A senadora Mara Gabrilli rebateu a afirmação de Ribeiro e criticou a postura do ministro. “Senhor Milton Ribeiro, em primeiro lugar, estude a nossa Constituição e aprenda que ela é inclusivista, sim, e nós, no Senado, e toda a sociedade brasileira iremos defender o direito à igualdade na educação. É um direito fundamental da nossa Constituição”, disse. “E, já que o senhor não reconhece o valor da diversidade na sociedade, torna-se impossível reconhecê-lo como Ministro da Educação”, disse.

A senadora continuou a acusar a fala do ministro da Educação como discriminatória. “Como eu imagino que o senhor não vá fazer nada, eu quero, como senadora, como pessoa com deficiência neste Parlamento, pedir desculpas pela fala do senhor para as mães de crianças com deficiência neste Brasil, para familiares de pessoas com deficiência neste Brasil e para as pessoas com deficiência neste Brasil”, desabafou.

Estudo publicado na Lancet confirma eficácia da vacina CoronaVac para variante Delta

Estudo conduzido pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC chinês) e pela Escola de Saúde Pública da província de Guangdong, na China, revelou que as vacinas CoronaVac apresentam proteção de até 100% para casos graves de Covid-19 causadas pela variante delta e proteção entre 69,5% até 77,7% para a pneumonia causada pela variante.

O estudo publicado na renomada revista científica inglesa, The Lancet analisou dados de 10.813 pessoas, entre maio e junho deste ano. Os voluntários foram divididos em três grupos: não vacinados, parcialmente vacinados (com uma dose) e totalmente vacinados (com as duas doses).

Dentre os indivíduos incluídos na pesquisa, 54,4% eram não vacinados, 28,95% receberam pelo menos uma dose da vacina e 14,6% receberam as duas doses. A maioria dos participantes recebeu pelo menos uma dose ou as duas injeções da CoronaVac (51,3% e 58,3%, respectivamente).

No período dos testes, de 21 de maio a 18 de junho, foram confirmados 167 casos da variante delta.

Entre o público da pesquisa, foram contabilizados 102 casos de pneumonia causadas pelo vírus, sendo 85 em pessoas não vacinadas, 12 naquelas que receberam pelo menos uma dose e 5 casos em pessoas totalmente imunizadas. Para quem recebeu as duas doses, a efetividade da vacina foi de 77,7%, caindo para 69,5% quando considerado diferentes fatores como profissão, sexo, idade ou local de residência que influenciaram a exposição ao vírus.

Já para os quadros graves de Covid-19 com a delta, houve um registro de apenas 19 casos, todos no grupo dos não vacinados, enquanto o número de casos é relativamente baixo, é preciso aguardar mais estudos para confirmar a efetividade.

“A vacinação completa é eficaz contra a pneumonia, doenças graves e críticas causadas pela variante B.1.617.2 [delta]. Devem ser feitos esforços para garantir

a vacinação completa das populações alvo”, escreveram os pesquisadores.

As descobertas foram publicadas no artigo “Effectiveness of Inactivated COVID-19 Vaccines Against COVID-19 Pneumonia and Severe Illness Caused by the B.1.617.2 (Delta) Variant: Evidence from an Outbreak in Guangdong, China”.

De acordo com o Instituto Butantan, esse é o primeiro estudo publicado sobre a eficácia da CoronaVac na prevenção de pneumonias e casos graves de Covid-19 causados pela variante delta.

ANVISA SOLICITA DADOS ADICIONAIS PARA LIBERAR VACINA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Instituto Butantan afirmou que irá enviar “o mais breve possível” os dados sobre eficácia da CoronaVac à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Após a rejeição pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), nesta quarta-feira (18) da proposta de uso do imunizante em crianças e adolescentes de 3 a 17 anos, o Butantan afirmou que irá enviar “o mais breve possível” os dados sobre eficácia da CoronaVac neste grupo.

“Todos os dados fornecidos até o momento são satisfatórios para a ampliação do uso pediátrico, porém foram solicitados dados adicionais para demonstrar a segurança e eficácia do uso em crianças e adolescentes, que serão providenciados o mais breve possível”, disse o Butantan na nota.

O instituto, vinculado ao governo do Estado de São Paulo, afirmou que “os dados do estudo de imunogenicidade da CoronaVac ainda não foram entregues na sua totalidade à Anvisa por conta de divergências no método de análise”.

A decisão unânime de recusar o imunizante para crianças e adolescentes foi tomada com base em documentos e estudos feitos fora do Brasil. Os testes clínicos realizados no país foram apenas em adultos, mas a agência considera dados de outros países desde que correspondam a seus requisitos.



Milton Ribeiro, ministro da Educação do governo de Jair Bolsonaro

Artistas rejeitam golpismo de Sérgio Reis e ele lamenta: “Só o Roger do Ultraje lembrou de mim”

Os cantores Zé Ramalho, Maria Rita, Guilherme Arantes e Gutemberg e Guarabyra cancelaram suas participações no próximo álbum do cantor Sérgio Reis após a divulgação do áudio em que ele afirma que iria convocar uma paralisação de caminhoneiros a favor do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e pela derrubada dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

A debandada de artistas colocou o álbum de Sérgio Reis em risco de ser cancelado, ou pelo menos, não ser mais um disco de parcerias com outros artistas. Talvez o que reste ao cantor é realizar uma parceria com o também golpista, humorista Batoré, que publicou um vídeo em que faz ameaças ao Supremo Tribunal Federal (STF) e pede o fechamento do Congresso.

O cantor foi alvo de busca e apreensão pela Polícia Federal, na sexta-feira, depois que o ministro do STF, Alexandre de Moraes, atendeu um pedido da Procuradoria Geral da República (PGR) e Reis passou a ser investigado por incitação à subversão da ordem política ou social e incitação ao crime. A operação da PF e a investigação foram determinadas depois do vazamento do áudio de Sérgio Reis.

O cantor Zé Ramalho afirmou que não irá autorizar o uso da canção gravada em conjunto pelos 2 artistas, segundo nota divulgada no sábado, 21. Em 2019, Zé Ramalho e Sérgio Reis gra-



CANTOR CONVOCOU ATOS PELA DERRUBADA DO STF

varam a música “Admirávelogado novo” para o projeto. Mas, segundo o artista e sua editora, disseram ao jornal O Globo, consideram que “a gravação perdeu o sentido”. Guarabyra, que iria participar da faixa “Sobradinho”, disse em seu perfil no Twitter que recusou o convite por se considerar “incompatível com o posicionamento atual de Reis”. Ele ainda citou, em outra publicação, um trecho do áudio de Reis e afirmou que prefere “não compartilhar minha vida e meu trabalho com quem prega esse tipo de intransigência e radicalismo”.

Já Guilherme Arantes, que inicialmente, disse que não solicitaria a retirada de “Planeta Água” do álbum, mudou de ideia e disse ao jornal O Globo que não participaria mais do disco depois que Reis afirmou que não tinha medo de ser preso porque “não é frouxo, não é mulher”.

“Para mim essa expressão bastou. ‘Planeta água’ é uma ode ao espírito feminino da natureza, chave da alma brasileira. Assim, e só por conta desse equívoco, ficou incompatível a canção com o intérprete”, disse.

A assessoria de Maria Rita, cuja regravação de “Romaria”, que ficou famosa na voz de sua mãe, Elis Regina, já estava finalizada, disse que a cantora não estava mais envolvida no projeto. Em seu perfil no Twitter, respondeu um usuário que a elogiou por ter se retirado.

SÓ O ROGER...

Neste domingo, 22, Sérgio Reis, deu entrevista a Roberto Cabrini no “Domingo Espetacular”, da TV Record, onde lamentou a falta de apoio da classe artística: “Só o Roger, do Ultraje a Rigor, mandou mensagem de apoio”.

Paes agradece Doria por vacinas e lembra que a CoronaVac salvou a vida da sua mãe

Eduardo Paes (PSD), prefeito do Rio de Janeiro, agradeceu publicamente ao governador do estado de São Paulo, João Doria (PSDB), pelo empenho no desenvolvimento e distribuição da CoronaVac, em reunião do secretariado da Prefeitura do Rio de Janeiro, realizada neste sábado (21).

Segundo o prefeito do Rio, a vacina do Instituto Butantan salvou a vida de sua mãe - que faz parte do grupo de risco, mas contraiu o vírus após se imunizar com as duas doses.

“Se não fosse esse cara aqui, independentemente de quem gosta, do que ele pensa, do que ele acha, das alianças, do partido, é uma pessoa que se dedicou à vida pública”, afirmou Paes durante a reunião.

“Se não fossem os brios do João Doria, se não fosse a disposição dele, se não fosse a energia dele, eu queria dizer para vocês que a gente não teria tido vacina do jeito que nós tivemos no Brasil”, disse Paes ao agradecer Doria pelos esforços em prol da CoronaVac.

O pai de Eduardo foi vítima da Covid e o prefeito contou o drama e os momentos difíceis que passou com a perda. “Um cara que queria viver muitos anos ainda, que tinha se preparado para isso, trabalhou para isso, e perdeu sua vida para essa doença”,



“Se não fosse o Doria não teria tido vacina do jeito que nós tivemos no Brasil”, afirmou Paes

disse o prefeito.

Paes ainda contou que seu pai havia recebido apenas uma dose da vacina de Oxford/AstraZeneca, enquanto sua mãe, que já tinha sido imunizada com as duas doses da CoronaVac, passou bem pela infecção ocorrida no mesmo período do marido.

“Ela é diabética, tinha tido um problema cardíaco recente. Ela tomou as duas doses da CoronaVac e não teve absolutamente nada”, explicou Paes.

Paes contou que telefonou para Doria e agradeceu o governador por salvar a vida de sua mãe, mas que considerava importante reproduzir o gesto publicamente.

O prefeito do Rio ainda afirmou que o país passa por um “momento complexo” e

elogiou Doria por estar “jogando nas quatro linhas do jogo democrático”.

“Eu estou em um partido, ele está em outro. Há muita água para passar debaixo dessa ponte [até 2022], mas eu não podia deixar de fazer esse registro, esse agradecimento a esse grande brasileiro”, disse Paes.

João Doria respondeu Paes, em publicação nas redes sociais, e disse estar honrado “Honrado em participar da reunião de secretariado da Prefeitura do Rio de Janeiro, a convite do meu amigo, prefeito Eduardo Paes. A troca de experiências entre Rio e SP reforça os elos entre nossas cidades e estados. Com um país unido, quem ganha é a população. Bandeira do Brasil”.



Ministério da Saúde deixou de entregar um milhão de vacinas para Bahia, diz Rui

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), anunciou que o Estado ingressará no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação contra as alterações no repasse de vacinas aprovadas pelo governo federal no mês de agosto. Segundo o governo, o Ministério não enviou um milhão de doses a que o estado nordestino teria direito.

Ao comentar o recebimento de dois lotes de imunizantes para o estado nesta sexta-feira, Rui Costa destacou que o atraso no envio prejudica a aceleração da vacinação no estado. O governador baiano ressaltou que a quantidade de vacinas deve ser proporcional à população do Estado.

“O Ministério da Saúde ainda deve 1 milhão de doses de vacina à Bahia. E isso mesmo: 1 milhão! Entramos hoje com uma ação no STF para que isso seja corrigido urgentemente!”, declarou Rui Costa.

“Essa defasagem prejudicou o avanço da vacinação em nosso estado. Receber as doses que deixaram de nos enviar nos últimos meses possibilitaria inclusive, a vacinação dos adolescentes de 12 a 17 anos. A Bahia segue na luta por cada dose de vacina a que tem direito!”, ressaltou.

Na última semana, Rui havia adiantado que iria acelerar a “judicialização dessa questão” para que a pasta corrija o equívoco. Ele disse que pediu à PGE-BA (Procuradoria Geral do Estado da Bahia) para analisar o fato de o Ministério da Saúde manter retidas doses de vacinas no centro de distribuição.

“A Bahia recebeu menos vacinas contra a covid-19 do que deveria. Essa distribuição não proporcional à população é uma perseguição odiosa com o povo nordestino e baiano. Vamos acelerar a judicialização dessa questão para que o Ministério da Saúde corrija este equívoco!”, criticou Rui Costa no Twitter.

A judicialização da distribuição das vacinas não é um caso isolado. Na semana passada, o governo de São Paulo também contestou a redução da distribuição de imunizantes enviados ao Estado e afirmou ter sofrido com corte de 228 mil doses da Pfizer.

Na terça-feira (17) o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, decidiu favoravelmente ao Estado e determinou que o governo federal envie vacinas da Pfizer ao estado para completar a imunização de quem já tomou a primeira dose.

Na quinta-feira (19), o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), também anunciou a ida ao STF questionando as alterações no repasse de vacinas aprovadas pelo governo federal.

Segundo Paes, o estado do Rio de Janeiro tem 8,48% da população nacional e recebeu 8,05% do total de doses distribuídas pelo Ministério da Saúde.



Martinho participou do Roda Viva

‘Sérgio Camargo foi para a Fundação Palmares acabar com as coisas dos pretos’

O cantor e compositor Martinho da Vila criticou os retrocessos que o Brasil vêm sofrendo em relação às políticas públicas focadas na população negra e na educação no governo Bolsonaro.

Em entrevista ao programa Roda Viva, na segunda-feira (16), Martinho lamentou os passos que o país deu para trás e criticou Sérgio Camargo, nomeado por Bolsonaro para a presidência da Fundação Palmares. Segundo o artista, Camargo foi colocado lá para “acabar com essas coisas todas de preto”.

“A Fundação Palmares era uma fundação criada para tratar dos assuntos da cultura negra, do negro no geral. Botaram aquele cara lá, o Camargo, bolsonarista radical. Ele é um preto de alma branca, como se diz. No duro, ele gostaria de ser branco. Ele acha que ele é branco. Ele se sente branco. E ‘tem que acabar com essas coisas todas de preto’”, disse Martinho da Vila.

Desde que assumiu a Fundação Palmares, Sérgio Camargo se colocou contrário às pautas da negritude que, segundo ele, são “vitimismo” e tentou desmantelar toda a estrutura do órgão federal. Em dezembro de 2020, Camargo tentou retirar da lista de personalidades negras nomes como os de Milton Nascimento, Martinho da Vila, Leci Brandão, Elza Soares, Gilberto Gil e Zezé Motta.

Em um áudio vazado no ano passado, Sérgio Camargo chamou o movimento negro de “escória maldita” e ainda falou mal de Zumbi dos Palmares.

Segundo Martinho, Camargo “está cumprindo seu papel, que é acabar com a Fundação Palmares”. “Para mim, a Fundação Palmares não existe mais. Ele não tá exercendo função nenhuma. Pra mim aquilo acabou, ele retirou uma porção de coisa lá e tal e eu acho que nós temos que criar uma outra fundação, aquela já era”, destacou o artista, um dos mais renomados sambistas brasileiros.

Governo ataca direito de greve e cria sistema para monitorar paralisações e cortar ponto

Mais um ataque aos direitos dos servidores públicos foi implementado pelo governo Bolsonaro. O Ministério da Economia criou um sistema para monitorar paralisações de servidores públicos, com corte de ponto automático de funcionários grevistas.

A regra foi criada em maio, a partir de uma instrução normativa em que os órgãos federais devem informar ao governo, em sistema online, a ocorrência de greve para que imediatamente haja o desconto nas folhas de pagamento dos trabalhadores que aderirem à paralisação.

“Constatada a ausência do servidor ao trabalho por motivo de paralisação decorrente do exercício do direito de greve, os órgãos e entidades integrantes do Sipec [Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal] deverão processar o desconto da remuneração correspondente”, diz a Instrução Normativa 54.

A medida ainda intervém nas universidades federais, que têm autonomia. Uma mensagem do ministério, encaminhada a universidades federais, em julho, orienta para que a universidade indique um servidor que ficaria responsável por reportar “registros de greve diários”.

Para o professor de direito Gustavo Seferian, da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), que é responsável pelos assuntos jurídicos do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), a medida “ofende gravemente o direito de greve e a possibilidade de organização. Independentemente das pautas e das razões, o corte de ponto passa a ser o princípio”, diz.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Sintufrj), com essa norma, o governo “a um só tempo, ofende a autonomia da Universidade, o direito de greve e o interesse da população na atualização dos serviços públicos legitimamente suspensos durante a greve”.

O corte de ponto em casos de greve tem respaldo em decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), de 2016. Porém, há o entendimento de que a medida ocorra com base na negociação com os trabalhadores. A tentativa do governo Bolsonaro em acabar com o serviço público e em desvalorizar e atacar os direitos dos servidores tem sido uma constante. O projeto de Reforma Administrativa encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional, tem sido repudiado por entidades representativas do funcionalismo público em todo o país. Não à toa, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já comparou os servidores a parasitas.

‘Privatização dos Correios levará a apagão postal’, denuncia Gandara



José Gandara fala ao HP sobre as consequências da privatização dos Correios



Servidores fazem dia de protesto contra PEC que desmonta os serviços públicos

No dia nacional de mobilizações contra a reforma administrativa (PEC 32), servidores públicos e lideranças sindicais realizaram ato em frente ao Anexo 2 da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Com faixas e cartazes, os servidores denunciam que a reforma precariza a oferta dos serviços públicos, corta direitos adquiridos dos servidores e ataca a estabilidade da categoria.

A manifestação em Brasília teve início por volta das 10h, em paralelo com os trabalhos da comissão especial da Câmara que analisa os efeitos da PEC 32 nas políticas públicas de educação e saúde. O projeto pode ir ao plenário no final deste mês.

“Sabe a escola pública? E os bancos públicos, que não fecharam um dia sequer na pandemia? Os médicos e enfermeiros do SUS? Sabe a vacina que você tomou contra a Covid? Tudo é serviço público! Essa luta contra a Reforma Administrativa é de todos nós”, defendeu o deputado federal, professor Israel (PV-DF), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil).

Pelas redes sociais, o deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ), em referência ao escândalo na compra da Covaxin, denunciada por um servidor de carreira, advertiu que “sem estabilidade, servidor que denunciou corrupção em aquisição de vacina, por exemplo, poderá ser demitido. A Reforma Administrativa de Bolsonaro precisa ser derrotada”.

A diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), Rosilene Corrêa, afirmou que os atos desta quarta são em defesa de todo o serviço público. “Não apenas os servidores, mas todo cidadão será afetado pela PEC, porque ela muda a qualidade do serviço prestado”, afirmou Rosilene.

Também foram realizados atos em diversas outras capitais, como em São Paulo, Porto Alegre, Maceió e Salvador.

Em Porto Alegre, portando faixas com os dizeres

“Deputado que vota contra os serviços públicos não volta” e “Não à reforma administrativa”, os servidores públicos enfrentaram o frio e a chuva logo pela manhã, e abriram as manifestações contra a PEC 32, de Bolsonaro, no dia de mobilizações em todo o país.

Na parte da manhã os manifestantes se reuniram em frente ao Hospital de Pronto Socorro e, à tarde, o protesto aconteceu em frente ao Palácio Piratini, reunindo funcionários municipais, estaduais e federais.

Participam dos atos representantes de centrais sindicais (CTB, CUT, Intersindical, CSP Conlutas e Pública) e de diversos sindicatos de servidores como o Sintergs, Simpa, CPERs, Sindjus, Simpe, Sindpers, Sintrajufe, Assurgs, Adufrgs, Sindsaúde e Afocefe Sindicato.

Para o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros, que falou em nome da CTB, o dia de hoje é um dia de luta pelo serviço público. “É importante este ato para que possamos dialogar com a população sobre o que está em jogo: o fim do SUS, o fim de uma política de segurança pública, o extermínio do artigo sexto da constituição que foi conquistado com muita luta e que garante os direitos fundamentais. Vamos derrotar a PEC 32, que aproveita o momento de pandemia para tomar de assalto o Estado”, disse.

“A PEC 32 vem com o discurso de sempre, desde a escravidão. As reformas trabalhista, da previdência e administrativa servem apenas para tirar direitos, sucatar os serviços públicos e prejudicar a população. A reforma afeta os direitos dos servidores, a estabilidade, as carreiras e os aposentados. Mas afeta, principalmente, os usuários dos serviços públicos. Quem mais perde é a população de baixa renda, as comunidades periféricas. A defesa é por nossas carreiras e pelo bem-estar e atendimento à população, por serviços públicos de qualidade”, afirmou Angela Antunes, durante discurso em frente ao HPS.

Em São Paulo o ato, convocado pelos servidore

res e centrais sindicais, foi realizado na Praça da República. “Diante deste cenário, os atos são também de repúdio ao governo federal que, com o apoio de seus aliados no Congresso Nacional, está destruindo o Brasil, entregando nossos patrimônios e riquezas e tentando impor-se politicamente contra a democracia e as instituições democráticas. A Luta faz a Lei!”, diz Miguel Torres, presidente da Força Sindical.

Ubiraci Dantas de Oliveira (Bira), vice-presidente nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), afirmou que a PEC 32 representa a destruição dos serviços públicos. “Temos hoje 70 milhões de pessoas desempregadas, subempregadas, desalentadas e na economia informal e, ainda por cima, esse governo quer destruir os serviços públicos que atendem essa população”, disse Bira.

Pelas redes sociais, o deputado federal, Orlando Silva (PCdoB-SP), exaltou a importância dos atos para alertar a população dos danos que a “reforma” administrativa causará aos serviços públicos e para derrotar a proposta.

“Hoje são realizadas manifestações em todo o país contra as privatizações de empresas estratégicas e o desmonte dos serviços públicos e para derrotar a nefasta proposta de reforma administrativa”, disse Orlando.

Vereador na capital paulista, Toninho Vespoli (PSOL) lembrou que a “reforma” vai prejudicar toda a população. “Sou professor da rede municipal. O que eles querem fazer é acabar com o serviço público e com o servidor público e quem vai ser prejudicado com isso são as pessoas que estão na ponta, o povo que quer ter um serviço público de qualidade”, disse o parlamentar.

“Para isso, é necessário criar condições para que o servidor público faça seu serviço com qualidade. Mas o que eles querem é o contrário disso, querem acabar com o serviço público privatizando e terceirizando”, completou Vespoli.

O presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios denunciou gravidade do projeto do governo

José Gandara, presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (FIN-DECT) declarou, em entrevista ao HP, que se os Correios forem privatizados haverá um apagão postal no país. Significará que quase 5 mil municípios ficarão sem comunicação, sem material didático e remédios. Gandara explica que nossa tarifa é uma das mais baixas no mundo e a privatização significará o aumento dos preços e 500 mil trabalhadores desempregados. Segundo informou, em 2021, os Correios deverão ter um lucro de R\$ 3 bilhões. Para o líder sindical, o Projeto de Lei que vai para votação no Senado é inconstitucional.

HP - O que significa a privatização dos Correios?

JG - O governo está na contramão do que está acontecendo no mundo. Os governos dos países desenvolvidos estão fazendo a reestatização. Mais de 800 empresas estão sendo reestatizadas. No caso dos Correios, querem vender uma empresa essencial para integração e soberania nacional e para a comunicação nacional. Graças aos Correios, o governo está presente em mais de 5 mil municípios brasileiros.

Somente os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro dão lucro aos Correios. O estado de São Paulo paga toda a estrutura dos Correios do Brasil. Em quase todos os estados do país a despesa é maior que a receita. São 5.324 agências que nós temos em 5.246 cidades com correio deficitário. Apenas 320 cidades são lucrativas. Agora mesmo, ouvimos o vice-presidente da República Hamilton Mourão dizendo “olha, vamos vender os Correios, depois criar uma estatal só para atender o interior do país”. Esse interior do país vai custar 10 bilhões por ano.

HP - Mas os Correios dão lucro ou prejuízo?

JG - Os Correios, no ano passado, deram 1 bilhão e meio de reais de lucro e já temos aí um estudo que este ano de 2021 vão ser 3 bilhões de reais, então temos uma empresa lucrativa, apesar de não ter sido criada para dar lucro. Ela foi criada para atender a população.

Os Correios têm convênio com o Ministério da Educação, com o Ministério da Saúde, entre outros. Faz a logística de entrega de remédios. Os livros didáticos são entregues em todas as escolas do país. Antes dos Correios assumirem o serviço da entrega dos livros, os livros chegavam nas cidades e já eram incinerados, porque já tinha passado o tempo. Hoje os Correios entregam no mês de dezembro 1 milhão e 300 mil livros em todas as escolas do país, ou seja, quando começa o ano letivo todas as escolas já estão com todos os livros lá, esperando os alunos, então os livros esperam o aluno. Antes não, os alunos ficavam esperando o ano inteiro os livros.

A questão das urnas eletrônicas: só os Correios que levam as urnas em todas as cidades do país. A questão do serviço social: nós tivemos no ano passado, em fevereiro, aquela catástrofe em Minas Gerais, mais de 200 cidades foram afetadas. Teve decretação de estado de emergência. Os Correios levaram água, roupas, remédios, alimentação em todas essas cidades, em tempo recorde. Foi usada a estrutura dos Correios de graça. A empresa, gratuitamente, atendeu toda essa população.

HP - Com a privatização, quantos trabalhadores serão atingidos pelo desemprego?

JG - Nós temos nos Correios hoje, funcionários públicos concursados, cerca de 94 mil trabalhadores, nós temos mais de mil agências franqueadas, com mais de 10 mil trabalhadores nessas agências, temos parceria com as transportadoras, temos as parcerias com empresas de entrega, ou seja, os Correios fazem a entrega dos concorrentes do exterior que atuam no Brasil. Temos um exemplo que é a JadLog, o correio francês, ela, estatal lá, vem disputar mercado com o correio brasileiro. Com o serviço de limpeza e com as terceirizadas, são mais de meio milhão de empregos.

HP - É verdade que os serviços de entrega privados usam os Correios para fazer entregas nos municípios mais distantes?

JG - Eles entregam no grande centro uma encomenda perto da outra e no resto do país eles postam nos Correios. Cobram, por exemplo, R\$ 40 do cliente e pagam R\$ 20 para os Correios. O próprio Mercado Livre, que está investindo agora nos grandes centros, disse que não tem interesse em comprar os Correios. Como é que eles vão comprar 5 mil e 200 cidades, onde têm os Correios que dão prejuízo? Nenhum empresário vai investir no prejuízo.

Se por acaso passa a privatização, agora no Senado, nós podemos ter um apagão postal. Os Correios entregam 15 milhões de encomendas em 7 dias na semana do Black Friday, ou seja, os Correios atendem o mercado, ele é um parceiro do mercado, os Correios não são adversários dos concorrentes. Tem espaço para todo mundo, só que se acabarem os Correios, ninguém vai assumir a estrutura do interior, como o governo chama.

O governo alega que está sem recursos. Então por que você vai abrir mão de atender a população sem gastar um centavo, vendendo uma estatal que nem os Correios. Vai pegar o dinheiro uma vez só, 15 bilhões de reais. Os Correios são muito mais valiosos que isso, os Correios têm mais de 2500 imóveis no Brasil, inclusive nas capitais, ali no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Brasília, Salvador, nos lugares mais valorizados. É uma fortuna, uma fábula, riqueza muito grande. São 358 anos de história dos Correios. Privatizar os Correios realmente é um crime.

Minha obrigação hoje é como cidadão brasileiro, porque a privatização é ruim para o país, é ruim para os brasileiros. Para você ter ideia, um exemplo, em mais de 200 países no mundo, apenas 8 países os Correios são 100% privados. Somados, esses países têm uma área menor que a do Mato Grosso. Todos os países com dimensões continentais como o Brasil têm o correio estatal, porque as empresas não têm interesse, nem lá nos Estados Unidos, que é o berço do capitalismo, têm interesse de privatizar os Correios. Tem a Fedex, que é o correio privado, mas tem o Correio público. Nos Estados Unidos são 500 mil carteiros, e aqui no Brasil são 55 mil carteiros, ou seja, nós temos 10% para entregar numa área quase do tamanho dos Estados Unidos, com apenas 110 milhões de habitantes a menos.

HP - Então, os Correios são uma empresa eficiente?

JG - Em 2014, nós tínhamos 126 mil trabalhadores, hoje são 92 mil, ou seja, nós estamos com quase 34 mil trabalhadores a menos. O governo quer enxugar para precarizar.

O banco postal estava em mais de 2.600 cidades, que não têm nenhum tipo de atendimento bancário. O governo Bolsonaro não renovou o contrato com Banco do Brasil. As pessoas dessas cidades agora têm que se dirigir a outras cidades para receber a aposentadoria ou qualquer serviço bancário. O governo tem feito isso para tentar jogar a população contra, mas nós estamos trabalhando de domingo a domingo, sem folga, para atender a demanda. Estamos aqui, segurando, resistindo para que essa empresa não seja jogada na lata do lixo.

HP - Os carteiros ficaram expostos à Covid-19?

JG - Centenas de trabalhadores morreram contaminados pela Covid. Nós temos, no interior de São Paulo, 12 mil funcionários, temos em torno de 3 mil funcionários que já foram contaminados, temos aí em torno de 50 a 60 mortes, e temos centenas de trabalhadores que ficaram com sequelas graves.

Os equipamentos de segurança, máscara, álcool gel, distanciamento, isso nós só conseguimos na Justiça. Quando um carteiro é contaminado, contamina todo o grupo de 20 a 30 carteiros daquele grupo, tem que fechar a unidade por 15 dias, mas só é fechado também porque nós entramos na Justiça para que a empresa faça o isolamento, faça a desinfecção do local, para que a gente possa voltar a trabalhar. Você vai numa casa a pessoa vem te atender, mas ela vem sem a máscara. São vários riscos, ainda mais trabalhando de domingo a domingo. O carteiro foi contaminado e levou a doença para dentro de casa, levou para dentro da família.

Leia a entrevista completa em horadopovo.com.br

25% dos motoristas de app's deixaram de trabalhar após alta do preço dos combustíveis

O presidente da Associação de Motoristas de Aplicativos de São Paulo (Amasp), Eduardo Lima de Souza, afirmou que os sucessivos aumentos no preço dos combustíveis fizeram com que 25% dos motoristas de aplicativo deixassem de trabalhar para as plataformas desde o início de 2020. Eduardo diz ainda que o valor pago aos trabalhadores pelos aplicativos não é reajustado desde 2015.

A constatação foi feita a partir de uma base de dados da Prefeitura de São Paulo, na qual havia 120 mil motoristas cadastrados no início de 2020 e, hoje, são 90 mil.

“Os motoristas entraram numa fase crítica depois desses consecutivos aumentos dos combustíveis. Uma situação muito grave. Não tivemos reajuste de tarifa nem para acompanhar a inflação desde 2015. O motorista vem sentindo isso e muitos vêm desistindo desde o início da pandemia, em 2020”, afirmou.

De acordo levantamento da Agência Nacional do Petróleo (ANP), na semana de 8 a 14 de agosto, o preço médio da gasolina comum no país era de R\$ 5,86 por litro. O litro mais barato vendido no país custava R\$ 4,99 e o mais caro passava de R\$ 7,18. O preço médio subiu 40% em relação ao preço encontrado na bomba há um ano. Esse ano já foram nove aumentos consecutivos.

Motorista há mais de 20 anos, Rosimar Pereira, trabalha há seis meses em aplicativos de transporte e reconhece que a tec-

nologia o ajudou a ampliar a clientela, mas o lucro ao fim do mês já não dá conforto à família. Mesmo trabalhando de 10 a 12 horas por dia, ela afirma que os lucros não passam dos R\$ 1,5 mil desde que o preço do combustível explodiu.

“Só não desisti ainda porque fiz dívidas durante a pandemia e, sem outro emprego, não consigo pagar. Trabalhar como motorista já foi muito bom, mas hoje o custo é muito alto e a troca valeria a pena”, disse Rosimar.

Rosimar afirma que se encontrar outra oportunidade de trabalho com salário semelhante, será um a menos nas ruas de São Paulo. “A depreciação do carro seria muito menor”, justifica.

A gasolina pesa no bolso do consumidor de classe média que tem carro e dos trabalhadores que dependem de veículos automotores para seu sustento, como motoristas de aplicativos e entregadores.

Ainda de acordo com o monitoramento da ANP, o valor médio nacional do litro do etanol passou de R\$ 3,54 para R\$ 4,36, um aumento de 23,1% em apenas quatro meses. Considerando a variação desde maio de 2020, quando chegou a custar R\$ 2,74, até junho, o aumento foi de 59%.

O presidente da AMASP afirma que uma das pautas da categoria é que os aplicativos tomem medidas para aumentar os valores repassados aos trabalhadores.

Merkel destaca importância do relacionamento com a Rússia



Putin recebeu Merkel no Kremlin e enfatizou a "atmosfera construtiva"

ONU condena censura à oposição por parte do governo da Ucrânia

A mais recente das medidas, com apoio norte-americano, foi bloquear a TV Strana. A TV Strana, um dos portais mais acessados foi tirado ar pelo Conselho de Segurança Nacional da Ucrânia sob o pretexto de ameaça à segurança do país. O afastamento do canal via redes sociais no dia 20 se soma ao bloqueio a outros meios de divulgação por Internet ligados a forças opositoristas ao governo de Volodymyr Zelensky.

Os jornalistas da Strana condenaram a decisão "que atinge o maior veículo de oposição na Ucrânia com sanções e restrições". Eles também informam que usam a língua russa e tem sido crítico contra medidas governamentais de Zelensky que são tomadas de forma submissa a demandas anti-Rússia que partem da Casa Branca em sua nova modalidade de guerra fria.

Alexey Danilov, secretário do Conselho de Segurança ucraniano defendeu a censura dizendo apenas que a medida era baseada em "documentos", mas sem apresentar nenhum. Na declaração disse que os editores da Strana estariam "envolvidos em atividades ilegais no território da Ucrânia sem especificar quais seriam elas.

O ataque à Strana aconteceu – segundo informa a Agência de Notícias Russia Today – ao mesmo tempo em que restrições são determinadas contra cidadãos russos residentes na Ucrânia assim como juizes e servidores. Recentemente



Canais 112 Ucrânia, News One e ZIK sob censura

o ataque atingiu o deputado Andrew Derkach.

No mês de fevereiro, o presidente Zelensky – que apesar de ter sido eleito como opositor ao governo do golpista Poroshenko – tem assumido o mesmo comportamento autoritário de seu antecessor.

Em fevereiro, baixou decreto com sanções contra oito grupos de notícias que produzem conteúdo na língua russa (língua com alto índice de uso que se difundiu mais ainda durante a vigência da União Soviética que a Ucrânia integrava).

O conselheiro de Zelensky, Mikhail Podolyak, disse que tudo isso não era censura, mas ações para "conter propaganda estrangeira" e que essa mídia "mataria os valores do país".

APOIO DE WASHINGTON

A embaixada dos EUA em Kiev apoiou as restrições a essa parcela da imprensa local dizendo que a "América apoia os esforços para conter a maligna influência russa".

Informe do Alto Comissariado dos Direitos Humanos da ONU, divulgado no mês

de junho, condena o governo Zelensky pelo que caracteriza como uma série de medidas repressivas. "São decisões contrárias os padrões internacionais de direitos humanos, ainda mais por faltar justificativas quanto a sua necessidade e proporcionalidade".

POPULARIDADE EM QUEDA

Viktor Medvedchuk, líder o maior partido de oposição, Plataforma pela Vida, denuncia que a campanha contra a oposição, tanto organizações quanto lideranças políticas, acontecem quando há uma queda na sua popularidade.

"A repressão política, o estabelecimento de um regime ditatorial, o fechamento de canais de notícias, a discriminação contra a língua russa, a política de russofobia e a usurpação de poder são resultado de sua tentativa desesperada de manter os mesmos índices de aceitação", afirmou Medvedchuk que desde o início do ano tem sido acusado de "tração" e aguarda julgamento.

Trump é vaiado em comício ao dizer que tomou vacina que já desdenhou

O comandante em chefe do negacionismo nos Estados Unidos, o ex-presidente Donald Trump, foi vaiado em um comício no Estado de Alabama no sábado (21) ao defender, aos seus afilhados da cidade de Cullman, a vacinação contra a Covid-19.

A malta trumpista não gostou do fraquejamento de Trump na questão, depois de tão laboriosamente os haver convencido das vantagens da hidroxiquina, feito campanha contra o uso da máscara facial e minimizado a pandemia. Dois dias antes, havia sido decretado em Cullman Estado de Emergência por causa do agravamento da pandemia na cidade.

O Alabama é um dos Estados mais atingidos pelo recrudescimento da pandemia sob a variante Delta, tem um dos mais baixos índices de vacinação do país e não tem mais leitos de UTI disponíveis.

Trump chegou a ter de interromper o seu discurso, e se virou como pôde no comício "Salve a América": "Eu acredito totalmente na sua liberdade, eu acredito. O que você tem de fazer você tem que fazer. Mas eu recomendo: tomem a



Trump já desfez da vacina, mas admite estar vacinado

vacina! Eu tomei e é boa. Tomem a vacina", afirmou.

Vieram as vaias, e o ex-presidente chegou a fazer um sinal de "não" com a mão, mas remendou, dizendo que "não, tudo bem, tudo certo. Vocês têm suas liberdades, mas eu tomei a vacina".

Acréscitou que "se não funcionar, vocês vão ser os primeiros a saber, ok?", provocando risadas.

Sob o negacionismo e incúria do governo Trump, os EUA se tornaram o recordista mundial de mortes por Covid-19 (628 mil) e de infectados (37,7 milhões).

A doutrinação promovida por Trump e acólitos contra a vacinação teve o efeito colateral de causar uma forte desaceleração da imunização nos últimos meses, que caiu a menos de

um terço do ritmo diário de abril.

Atualmente os EUA estão atrás de dezenas de países em porcentagem de população imunizada, perdendo até para a Mongólia e o Butão, diante da resistência de parte dos americanos.

Por causa da variante Delta, a pandemia ressurgiu nas áreas mais influenciadas pelo trumpismo e de baixas taxas de vacinação. O número de casos confirmados por dia nos EUA, que despencara de cerca de 250 mil em janeiro para menos de 200 mil em junho, já está em quase 150 mil.

As mortes mais que quadruplicaram em um mês e meio desde julho, voltando a ficar acima de 1 mil, depois de ter caído de 3,5 mil por dia para menos de 250.



Meng Wanzhou, sofre prisão injustificada

Manifesto com dez milhões de assinaturas exige do Canadá que liberte a diretora da Huawei

Corte canadense deixa para outubro decisão da extradição pedida pelos EUA. Cativo chegado a 1000 dias.

Já passam de 10 milhões – em 48 horas – as assinaturas da petição online pela libertação de Meng Wanzhou, a diretora da Huawei e filha do fundador da gigante chinesa dos equipamentos de telecomunicações, que se encontra detida no Canadá sob ameaça de extradição para os EUA, anunciou o jornal Global Times.

A prisão de Meng – arrancada de seu voo quando fez escala em Vancouver – é um dos mais cínicos e brutais lances da guerra do establishment norte-americano contra a indústria de alta tecnologia da China. Essa política truculenta, iniciada pelo governo de Trump, em nada mudou sob Biden.

Meng, que é diretora financeira da Huawei, teve sua extradição pedida por Washington, sob alegação de violação de sanções dos EUA contra outros países com os quais a empresa manteve transações inteiramente legais de acordo com a lei internacional.

A petição exorta o governo Trudeau a parar de desempenhar o papel de cúmplice voluntário de Washington e a encerrar a perseguição a Meng, que está sob prisão há 32 meses. Ela foi presa no dia 1º de dezembro de 2018.

Na quarta-feira passada, a equipe de defesa concluiu a maratona de audiências de extradição, e a juíza do caso marcou para outubro uma audiência que definirá uma data para a decisão. No próximo dia 26, se completarão 1000 dias de detenção arbitrária.

O Global Times também dirigiu uma carta aberta ao embaixador do Canadá na China, Dominic Barton, exigindo a libertação imediata e incondicional de Meng e denunciando a cumplicidade de Ottawa na perseguição a uma cidadã chinesa.

"Há evidências suficientes para mostrar que os EUA distorceram os fatos para apresentar um caso falso contra Meng. Eles até apresentaram evidências falsas no tribunal", enfatiza a carta aberta.

O governo dos EUA acusou a diretora da Huawei de "fraudar o HSBC", já que teria "mentido para o banco sobre os negócios da empresa chinesa no Irã", o que supostamente estaria comprovado em uma apresentação de PowerPoint que Meng deu ao banco em uma churrascaria em Hong Kong em 2013. A defesa demonstrou a má fé do lado norte-americano, que deliberadamente omitiu dois slides da apresentação em PowerPoint que mostravam que não houve nada disso.

Os advogados de Meng também denunciaram os abusos do devido processo: motivação política, detenção ilegal, omissões materiais e distorções de violação do direito internacional consuetudinário.

"Durante os últimos procedimentos, os juizes canadenses levantaram repetidamente questões e pontos de suspeita de acusações de fraude feitas pelos EUA contra Meng, dizendo que as acusações eram contraditórias e pouco claras, enquanto expunham ainda mais as inconsistências do lado canadense que não conseguiu se justificar; destacou a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, Hua Chunying.

Ela assinalou que o caso de Meng sempre foi uma perseguição política de parte dos Estados Unidos, e a detenção irracional do Canadá como cúmplice é "um exemplo clássico de coerção e violação dos direitos humanos".

Essa atuação lesiva também enlameia a imagem de país neutro, que o Canadá gosta de mostrar. A porta-voz instou o Canadá a ouvir as vozes da China e permitir que Meng volte para sua pátria.

Outros aspectos do ataque concatenado pelo governo dos EUA contra a Huawei por ter alcançado a liderança no 5G, em termos de patentes, preço e qualidade, incluem a proibição de importação de chips norte-americanos ou que hajam sido fabricados com equipamento ou projeto provenientes dos EUA, e pressões contra outros países para excluírem a gigante chinesa da implantação de suas redes de alta velocidade 5G.

Defesa síria derruba 22 mísseis israelenses lançados contra Damasco e Homs

A defesa antiaérea síria interceptou 22 dos 24 mísseis lançados contra a região oeste de Damasco e sul de Homs, informa a Agência Síria de Notícias (SANA).

Os disparos partiram de caças de Israel que invadiram o espaço aéreo do Líbano e foram efetuados nos dias 19 e 20.

A denúncia dos disparos foi também registrada pelo almirante Vadim Kulit vice-diretor do Centro Russo de Reconciliação para a Síria, nesta sexta-feira.

Dois mísseis caíram em terreno não habitado e não causaram danos materiais ou ferimentos entre os sírios.

O ministro de Defesa do Líbano, Zeina Akar, condenou o ataque aéreo denunciando que ele foi uma "flagrante violação do espaço aéreo libanês e assustou cidadãos do país".

Beirute apresentou denúncia formal à ONU declarando que os disparos ferem a Resolução da ONU de número 1.701 que levou ao cessar-fogo após a agressão israelense de 2006 ao sul do Líbano.

Em encontro no Caçaquistão, a Rússia, Irã e Turquia lançaram uma declaração conjunta condenando o "continuado ataque israelense contra a Síria" que não apenas "viola a lei humanitária internacional" e a "soberania da Síria e de seus países vizinhos", mas provocam uma desestabilização em toda a região.

Até agora, o governo israelense tem ignorado as declarações de países da região e da ONU e segue mantendo os ataques e provocações injustificadas uma vez que não têm partido ataques contra Israel seja da Síria, seja do Líbano.

que os fatos se deram no Afeganistão, solicitou a Putin que ajudasse a convencer os novos líderes afegãos a permitirem a saída dos cidadãos que colaboraram com as forças alemãs. A Rússia sediou várias reuniões interafegãs, em busca de um acordo que trouxesse a paz e a segurança.

"Teremos agora que conversar com o Talibã [...] e tentar salvar aqueles cujas vidas estão ameaçadas, para que possam deixar o país", insistiu Merkel. "Os talibãs receberam mais apoio do que gostaríamos", reconheceu, acrescentando que "erramos ao avaliar a situação".

UCRÂNIA NO FOCO

Quando à Ucrânia, Putin advertiu Merkel sobre o agravamento da situação, em razão da recusa do governo de Kiev de cumprir os Acordos de Minsk, o que se expressa em especial, agora, em um novo projeto de lei que contraria tudo que foi assinado.

"Se esta lei for aprovada – leia-o, não é um documento confidencial, provavelmente está disponível online – significa que a Ucrânia irá, de fato, retirar-se do processo de Minsk unilateralmente. Porque não apenas certas coisas contradizem os acordos de Minsk, tudo aí contradiz os acordos de Minsk. Isso significará a retirada de fato da Ucrânia desses acordos", alertou Putin, pedindo a Merkel que irá visitar Kiev a usar "um pouco da sua influência" e exercer alguma pressão para que essa lei não seja aprovada.

O presidente russo frisou que compartilha da opinião da primeira-ministra alemã sobre a importância dos acordos de Minsk e do trabalho no formato da Normandia (assim chamado após reunião dos países Rússia, Ucrânia, França e Alemanha, durante as comemorações de 2014 do desembarque dos Aliados na Normandia durante a Segunda Guerra Mundial).

"Não temos outra ferramenta para alcançar a paz e, creio eu, isso deve ser tratado com cuidado e respeito, apesar de ainda não termos alcançado os objetivos definitivos da solução", disse. Putin destacou a contribuição de Merkel para a questão e expressou sua confiança em continuar o diálogo com a Alemanha sobre o assunto.

Merkel alertou que as negociações sobre a situação no leste da Ucrânia estagnaram. "O formato da Normandia é o único formato político que temos para lidar com questões polêmicas. No momento, o processo continua paralisado", ela disse na entrevista coletiva.

Ela chamou a dar "um novo impulso" às consultas sob o formato da Normandia, que inclui Alemanha, França, Rússia e Ucrânia. "Qualquer pequeno avanço pode ser decisivo", assinalou, acrescentando que é preciso evitar que as negociações cheguem a um beco sem saída.

Putin garantiu a Merkel que a Rússia cumprirá seus compromissos sobre o trânsito de gás pela Ucrânia. "Eu assegurei à chanceler federal que cumprimos integralmente nossas obrigações sob o contrato de trânsito; mesmo depois que ela deixou seu posto como chanceler federal", disse o presidente russo.

Ele acrescentou que a Rússia está disposta a transitar o gás pela Ucrânia após 2024, mas para isso precisa de detalhes sobre as futuras aquisições do combustível pela União Europeia. "Não podemos assinar um contrato de trânsito até que tenhamos contratos de fornecimento para nossos clientes na Europa", disse ele, devolvendo a bola para o campo europeu.

Em paralelo à visita de Merkel a Putin, o governo Biden anunciou uma nova rodada de sanções contra navios e empresas russas que participam da construção, quase terminada, do Nord Stream 2. Sanções adicionais, aliás, tão inuteis quanto as anteriores. Mais poluente e de logística muito mais cara, o gás de fracking made in USA segue na pauta de ameaças dos EUA aos países concorrentes, sempre em nome da "segurança energética" europeia.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopoovo.com.br

A herança maldita da ocupação norte-americana no Afeganistão



Astronauta Liu trabalha em braço robótico da estação espacial Tiangong-3

Astronautas chineses fazem a 2ª caminhada no espaço

Os astronautas chineses da estação espacial Tiangong-3 concluíram a segunda rodada de suas atividades extraveiculares (EVAs), também conhecida como caminhada no espaço, com todas as tarefas programadas realizadas, na sexta-feira (20).

De acordo com informações do Escritório de Engenharia Espacial da China, às 8:38 de 20 de agosto de 2021, horário de Pequim, o astronauta Nie Haisheng abriu a porta de saída do módulo central da estação espacial. As 10h12, Nie e Liu Boming, vestindo novos trajes espaciais, desenvolvidos de forma independente pela China, saíram do módulo central e realizaram a instalação de um braço robótico. Mais tarde, com o apoio desse aparelho, coordenaram a realização de operações como a montagem de equipamentos fora da estação espacial. As atividades tiveram a duração de 6 horas.

A missão é coordenada por três astronautas, dois dos quais saem da cabine e um permanece no interior para executar tarefas de controle e coordenação. Foram delineadas três tarefas no exterior da cabine: instalação de uma bomba de expansão de controle térmico, o levantamento da câmera panorâmica externa e montagem da caixa de ferramentas no exterior da cabine.

Conhecido como o “ar condicionado central” da estação espacial da China, o sistema de controle térmico instalado pela missão é a chave para garantir o funcionamento normal de todas as instalações a bordo, bem como o conforto da estadia dos astronautas no espaço, protegendo a espaçonave em órbita do ambiente hostil onde a temperatura da superfície pode chegar a mais de 150 °C quando exposta à radiação solar direta e cair para menos 100 °C quando a nave viaja para o lado escuro.

O projetista-chefe do subsistema de controle térmico da estação espacial Han Haiying comparou o conjunto de bombas instalado fora da cabine a um “coração de circuito”, que garante o fluxo constante de fluido pelo sistema, como o coração bombeia sangue por todo o corpo humano.

É a segunda rodada de atividades extraveiculares durante a construção da estação espacial da China. Em 16 de agosto, a equipe e o centro de solo conduziram em conjunto um ensaio completo para estas segundas atividades, operando o braço robótico e praticando os passos.

A primeira caminhada espacial da tripulação, em 4 de julho, durou cerca de sete horas. A equipe realizou tarefas agendadas, incluindo a instalação de suporte de levantamento para uma das câmeras panorâmicas extraveiculares, contenção da aparelhagem do braço robótico e outros equipamentos.

O trio continuará realizando experimentos de ciência e tecnologia espaciais à medida que a missão Shenzhou-12 entra em seu terceiro mês no espaço.

Eles devem retornar ao local de pouso de Dongfeng, no norte da China, em meados de setembro, depois que a espaçonave concluir os testes de órbita e de encontro na direção radial.

De olho nos requisitos para sustentar pelo menos 15 anos de funcionamento da estação espacial, os especialistas da Associação de Ciência e Tecnologia da China, CAST, enfatizaram a longa durabilidade, confiabilidade, facilidade de reparo e segurança do sistema na fase de projeto. Eles também levantaram a ideia de instalar vários conjuntos de bombas de expansão dentro e fora da cabine, garantindo sua longa capacidade de stand-by para sustentar o funcionamento estável e longo da estação espacial, explicou Han.

Michael Moore: no Afeganistão o invasor somos nós, os EUA

Cabul, Saigon. A queda, mais uma vez. A América perde outra guerra. Nossa guerra mais longa. “Somos o nº 1!!!” Gastamos mais de US\$ 2 trilhões. Sacrificamos mais de 2.300 vidas de americanos para invadir um país onde Bin Laden nunca foi, em lugar nenhum, encontrado. Bush disse que não tinha interesse em capturá-lo. A equipe de Obama o encontrou em uma casa na mesma rua de “West Point” do Paquistão. Quem diria!

NÓS somos os invasores. O Taleban não é invasor – eles são afeios – é o país deles! Eles são loucos religiosos. Nós sabemos como é – nós temos o nosso! Que bagunça trágica. Tirem recursos do Pentágono e do complexo militar-industrial, da NSA, da Segurança Interna. Eles enviaram nossas jovens tropas para a morte. Vergonha! 15 dos 19 sequestradores em 11 de setembro eram da Arábia Saudita! Nem o Afeganistão, nem o

Iraque, nem o Irã. Por que Bandar Bush não atacou os sauditas? Oh. Certo. Encha-o!

Mais uma vez, fomos derrotados por um exército sem aviões bombardeiros, sem destróieres, sem mísseis, sem helicópteros, sem napalm – apenas um bando de caras em picapes. Não ganhamos uma guerra real na defesa deste país desde a Segunda Guerra Mundial.

76 anos atrás hoje.

Hoje é o Dia do VJ – Dia da Vitória sobre o Japão. 15 de agosto de 1945. (Obrigado, tio Lornie, por sacrificar sua vida.)

Hoje, 76 anos depois, é o dia em que os EUA perderam a Guerra do Afeganistão. Deus abençoe nossas tropas. Que nossas tropas nos perdoem.

Muitas condolências e amor a todas as famílias que perderam entes queridos nesta guerra horrivelmente triste.

*O cineasta Michael Moore publicou, no dia 15 de agosto, em sua página no facebook, este texto sob o título original “Nós somos os invasores”



Tropas invasoras patrulham campo de papoulas, matéria-prima do ópio e heroína

“EUA criou laboratório de drogas em escala mundial no Afeganistão”, denuncia Rússia

“Em vez de combater o narcotráfico, durante as duas décadas de controle político-militar do Afeganistão, os Estados Unidos puseram em prática um projeto para criar um laboratório de drogas em escala global”, denunciou o secretário do Conselho de Segurança da Rússia, Nikolai Patrushev, frisando que “a produção de opiáceos se multiplicou em mais de 40 vezes”.

Em entrevista publicada quinta-feira (19) no jornal Izvestia, Patrushev recordou que a ocupação do Afeganistão por Washington não se reduziu apenas à eliminação dos alegados responsáveis pelos ataques de 11 de setembro em Nova Iorque, mas também a tarefas muito mais amplas, como o treinamento das tropas locais.

“Na realidade, durante a presença das forças dos EUA o número de ataques terroristas no Afeganistão se multiplicou”, esclareceu Patrushev, acrescentando que facções terroristas como a Al-Qaeda e Daesh (organizações terroristas proibidas na Rússia e demais países) se utilizam daquele território para agir em outros países da Ásia Central, bem como na Índia, na região chinesa de Xinjiang, na Síria ou no Irã.

O secretário russo destacou ainda que, para algumas empresas estadunidenses a guerra no Afeganistão tornou-se uma “mina de ouro”, com o complexo militar-industrial e os empreiteiros



Nikolai Patrushev, secretário do Conselho de Segurança da Rússia, afirmou que “produção de opiáceos se multiplicou em mais de 40 vezes”

privados tirando grande proveito econômico para multiplicar seus lucros. “Gastando enormes somas para manter suas tropas, os EUA não criaram infraestrutura social ou empreendimentos civis. A única coisa que restou para os afeios comuns foi a devastação. O próprio desenvolvimento do país retrocedeu décadas”, condenou.

A eventualidade de uma entrada de contingentes russos no Afeganistão foi descartada por

Patrushev, garantindo que “não há premissas para isso”. O secretário do Conselho de Segurança da Rússia indicou ainda que Moscou espera a formação de um governo inclusivo e para isso pode contribuir por meio de contatos políticos e diplomáticos. Além disso, indicou que o governo russo encontra-se à disposição para dialogar com absolutamente todas as forças que contem “com a vontade do povo afeio” para fazer do país um Estado “forte e próspero”.

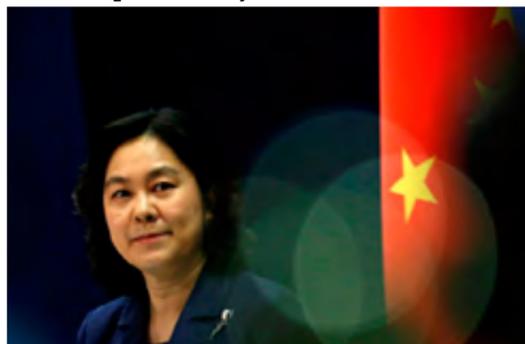
“Washington deve parar com os falsos pretextos para intervir em outros países”, adverte a China

“A China espera que os Estados Unidos deixem de usar a democracia e os direitos humanos como pretexto para intervir nos assuntos internos de outros Estados”, afirmou a porta-voz do Ministério do Exterior chinês, Hua Chunying.

A declaração da ministra se deu em entrevista coletiva nesta quarta-feira (18), na qual abordou a nova situação criada no Afeganistão, assim como em nível internacional com a derrota da invasão norte-americana para os guerrilheiros talibãs que assumiram o poder no país antes sob ocupação norte-americana.

“Esperamos”, acrescentou Chunying, “que os EUA possam refletir sobre essa voluntária intervenção militar e, em geral, sobre sua política beligerante de ingerência arbitrária o que acaba saboteando a paz e a estabilidade em outros países, em outras regiões”.

Ela destacou ainda que a invasão norte-americana lançada para supostamente combater o terrorismo provocou o número de organizações terroristas – ao invés de se reduzirem – se multiplicassem e



Porta-voz da Chancelaria chinesa, Hua Chunying (Reuters)

“chegassem a mais de 20”. Além de tudo, condenou as duas décadas de ocupação do país da Ásia Central o que resultou em mais de 100.000 mortes de civis afeios “sob o fogo das tropas estadunidenses e de seus aliados” e ainda há mais de 10 milhões de pessoas forçadas ao deslocamento como resultante dos anos de guerra.

Segundo um informe da Missão de Assistência da ONU no Afeganistão, somente no ano de 2020, 5.785 civis foram feridos e 3.035 foram assassinados no país.

A guerra dos EUA/Otan ao Afeganistão provocou mais de meio milhão de mortos (por diversas causas advindas da invasão e ocupação do país), segundo estudo da Universidade Brown

Diante do desmanche do governo fantoche e queda de Cabul para os Talibãs, já não resta dúvida sobre o fracasso da ocupação do Afeganistão, por 20 anos, pelas tropas dos EUA e dos cúmplices da Otan, mas ainda resta estabelecer a dimensão da ‘herança maldita’ deixada.

A guerra dos EUA ao Afeganistão acarretou mais de meio milhão de afeios mortos (por diversas causas advindas da invasão e da ocupação), segundo estudo da Universidade Brown.

Entre estas, 241 mil morreram em combates ou bombardeios, dos quais pelo menos 71 mil civis.

As mortes indiretas – por causa da falta de remédios ou de atendimento médico, doenças causadas pela destruição do sistema de tratamento de água e outros fatores correlatos – passaram de 360 mil, segundo esse mesmo estudo.

A Universidade utilizou a comparação entre a taxa de mortalidade existente previamente à invasão de 2001, e a que se constatou durante as duas décadas de ocupação para obter o número global.

Na realidade, o total de civis mortos é ainda maior, pela razão de que, como rotina, civis assassinados eram arrolados falsamente como ‘talibãs’, repetindo o que cansou de ocorrer no Vietnã. O que ficou patente nos famosos Logs da Guerra do Afeganistão, divulgados pelo WikiLeaks e Julian Assange em 2010.

Também no caso dos mortos em ataques de drones. Como revelou o recém condenado analista Daniel Hale, nos ataques por ‘assinatura’ – uma especialidade das ‘Terças da Morte’ de Obama – para atribuir a condição de talibã a alguém, ou ser contado como um ‘talibã morto’, bastava ser do sexo masculino, maior de 18 anos e ainda não ser idoso. Hale foi condenado a quase 4 anos de prisão por denunciar esses crimes de guerra.

Quanto aos afeios feridos e mutilados nas duas décadas de guerra sob a ocupação norte-americana, o total é da ordem das centenas de milhares.

Como comparação, os EUA sofreram cerca de 6,2 mil mortos, sendo 2.442 soldados e 3.846 ‘contratistas’ (gente da Blackwater). Mas os feridos passaram de 21 mil, a maior parte deles permanentemente incapacitados por ataques de bombas improvisadas.

3,2 milhões de afeios foram deslocados internamente por causa da guerra nesse período, e outros 2,1 milhões precisaram fugir para o exterior.

Arrogantemente, os invasores norte-americanos chamavam sua ocupação do Afeganistão de operação de “construção de nação” [nation building], conceito que Hitler anteriormente exercitara em lugares como a Croácia.

PRODUÇÃO DE ÓPIO

No terreno da economia, o ‘nation building’ conseguiu um feito e tanto: quadruplicou a produção de ópio, que chegara a praticamente ser zerada pelo Talibã no ano da invasão, 2001. Assim, de um patamar de 50 mil toneladas anuais quando o Talibã chegou ao poder, para as atuais 200 mil toneladas.

O portal da organização inglesa Stop the War Coalition destaca que em meio ao crescimento dessa produção, 10% dos afeios estão viciados em ópio. Possibilidades de desenvolvimento econômico, que inclusive chegaram a ser discutidas antes da invasão, como o projeto de oleoduto, e a existência de uma fabulosa riqueza mineral, inclusive terras raras, estimada em US\$ 1 trilhão, não saíram do papel.

A Universidade Brown estimou o custo da guerra no Afeganistão em US\$ 2,3 trilhões, uma farrá para fabricantes de armas, fornecedores do Pentágono e investidores de Wall Street no setor bélico. Com a nova

‘Guerra ao Terror’, o orçamento militar podia continuar na estratosfera, mesmo depois do fim da Guerra Fria, quando Washington anunciava ao mundo sua “ordem global unilateral”.

Os EUA asseveraram que gastaram US\$ 144 bilhões no Afeganistão para a “reconstrução”. Como observou o ex-diretor de Orçamento do governo Reagan, David Stockman, em dólares de hoje, corrigidos, é mais do que o Plano Marshall na Europa, no pós-guerra.

Aliás, reconstrução do que eles haviam destruído com seus bombardeios: os EUA despejaram 300.000 bombas contra o Afeganistão.

Como o Afeganistão continua sendo um dos países mais pobres do mundo, com 54% da população abaixo da linha de pobreza, e onde só 27% tem acesso à água potável e 2 milhões de crianças sofrem de desnutrição, é óbvio que essa montanha de dólares só regou a horta das corporações norte-americanas alistadas para o “esforço de reconstrução” e os bolsos dos fantoches.

“ELITE CLEPTOCRÁTICA”

O veterano jornalista Patrick Cockburn, que conhece bem o Oriente Médio e a Ásia Central, assinalou que “as vastas somas de dinheiro disponíveis” produziram “uma elite cleptocrática”.

“Um amigo afeio que já trabalhou para a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) me explicou alguns dos mecanismos de como a corrupção pôde florescer”, relatou Cockburn.

A ele o amigo afeio explicou que as autoridades humanitárias americanas em Cabul consideravam “muito perigoso” visitar pessoalmente os projetos que financiavam. Ficavam em seus escritórios fortemente protegidos e como comprovação do andamento dos projetos aceitavam fotos e vídeos.

Como em Kandahar, onde o funcionário afeio enviado para monitorar a construção de uma planta de embalagem de vegetais, descobriu que “uma empresa local semelhante a um estúdio de cinema tirava, por uma taxa, fotos convincentes do trabalho em andamento”. A instalação não existia, mas extras em um galpão encenaram separar cenouras e batatas.

Em outro, tratava-se de uma granja “bem financiada, mas inexistente, perto de Jalalabad”, que um funcionário procurou em vão. Quando se reuniu com os proprietários e questionou a fraude, foi alertado que era “longo” o caminho de volta a Cabul. O funcionário entendeu o recado, ficou calado e pediu demissão assim que voltou.

É de Cockburn a caracterização do governo de Cabul como “uma gangue de gângsteres se empanturrando de dinheiro de ajuda dos EUA ou de suculentos contratos de fornecimento e construção”.

Por sua vez, os diplomatas ocidentais que visitavam fortalezas militares ocidentais e afeios em áreas rurais, “educadamente desviavam os olhos das bandeiras do Talibã voando em árvores e postes em aldeias próximas”, complementou.

Nas “forças de segurança”, o mecanismo era o mesmo, com soldados e policiais fantasmas – e soldados prontamente embolsados pelo comandante. Quando o Congresso dos EUA criou uma inspetoria geral das verbas da ‘reconstrução’, de sigla Sigar, um relatório em 2014 precisou ter “as partes mais contundentes censuradas”.

De acordo com esse relatório, os “soldados fantasmas” eram “dezenas de milhares”. Um oficial militar dos EUA estimou que um terço dos recrutados da polícia eram “viciados em drogas ou talibãs”.

Outro registrou os assim chamados “larápios tolos” que, de tanto saquearem combustível das bases americanas, sempre “cheiravam a gasolina”.

Leia a íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br

As muitas formas do fogo



Incêndio da Cinemateca Brasileira, 29/07/2021 (foto: Corpo de Bombeiros de São Paulo)

O fogo que devasta cinematecas, museus, teatros, bibliotecas, auditórios, galerias e outros espaços culturais por esse Brasil afora é um verdadeiro flagelo, só que não é o pior. O mais perigoso fogo que ora nos ameaça é o fogo do descaso, do descrédito e da perseguição governamentais à própria cultura do país e ao seu povo. Instaurado e nutrido pelo atual governo, esse fogo vergonhoso e maléfico nasce de um endereço certo: o terceiro andar do Palácio do Planalto



Em 2020, funcionários da Cinemateca realizaram diversos protestos denunciando que a instituição passava pela maior crise de sua história, desde que o governo federal destituiu a direção da instituição e a abandonou por completo-

MARCUS VINICIUS DE ANDRADE (*)

A tragédia cultural brasileira se desenrola infinitamente e, ao que tudo indica, parece que ainda está longe de ter fim. A todo momento, o Brasil renova e agrava sua miserabilidade, tendo de conviver com perdas culturais de toda ordem, muitas delas irre recuperáveis, com isso resignando-se a ser aquela “*Pátria minha, tão pobrinha...*”, de que falou um dia o poeta Vinícius de Moraes. No último mês, o país perdeu intelectuais como Roberto Romano, José Arthur Gianotti, Francisco Weffort e José Ramos Tinhorão, que, cada um à sua maneira, decerto farão muita falta à nossa vida cultural, em crescente processo de desertificação.

Mas além das inexoráveis perdas de vidas humanas determinadas pelo destino e que doravante só nos cumpre chorar e reverenciar, a cultura do Brasil há muito vem sendo ameaçada e diminuída por perdas e prejuízos materiais de alta monta, o que certamente põe em xeque o que poderemos ser quando crescer, no campo da arte e do pensamento. Nesse aspecto, o mais recente golpe que sofremos foi o incêndio ocorrido no arquivo da Cinemateca Brasileira (Vila Leopoldina), em São Paulo, no último dia 29 de julho. Ainda que fosse uma tragédia anunciada (visto o risco de fogo ter sido advertido às autoridades poucos dias antes do sinistro), o incêndio na Cinemateca indignou e comoveu a comunidade cultural e a opinião pública do país, não só pelos prejuízos financeiros que causou, mas principalmente por ter destruído parte significativa do mais importante arquivo cinematográfico do país. Ao longo dos tempos considerado um elemento purificador, o fogo mais uma vez irrompeu na história brasileira como um agente destruidor da cultura, como se saído das brigadas anti-intelectuais do roman-



ce Fahrenheit 451 (Ray Bradbury) em apropriado conluio com o espírito dos tempos bolsonaristas, quando ignorância e mediocridade são abertamente glorificadas.

Infelizmente, há muito o fogo conspira contra a Memória Cultural Nacional. Para a própria Cinemateca Brasileira o fogo não é nenhuma novidade, visto que ela sofreu incêndios nos anos de 1957 (quando ainda funcionava na Rua Sete de Abril e era dirigida pelo grande Paulo Emílio Salles Gomes), 1969, 1982 e 2016, já no atual endereço. Tãmanha regularidade de labaredas teria uma explicação: como diria Nelson Rodrigues, até as pedras da rua sabem que os acervos fotográficos e cinematográficos concentram materiais altamente inflamáveis (como o nitrato de celulose), alguns sujeitos à autocombustão, inclusive. Quando, há anos, dirigi a Divisão de Pesquisas do Centro Cultural São Paulo, lembro-me da permanente preocupação que tínhamos para que os documentos depositados no Arquivo Multimeios (principalmente as importantes fotos de Fredi Kleeman, o profissional que melhor documentou o teatro paulistano dos anos 1950-60) não se consumissem dessa forma. Perdíamos o sono com isso, mas graças ao zelo dos nossos profissionais jamais tiveamos qualquer problema e o arquivo continua integralmente preservado até hoje. Claro, nossos profissionais sabiam o que todos devem saber sobre acervos de fotos e filmes.

Todos, não. Pelo que vemos, muitas autorida-

des públicas ainda acham que tais acervos são meros depósitos e tratam documentos culturais sem as especificações e cautelas exigidas. Isso explicaria por que, só de alguns anos a esta parte, sofremos perdas altamente significativas em nosso patrimônio cultural, bastando para tanto lembrar o Museu da Língua Portuguesa de São Paulo e o Museu Nacional do Rio de Janeiro, ambos varridos pelas chamas em 2015 e 2018, respectivamente. E cabe ressaltar que não se tratava de dois aparelhos culturais quaisquer, mas sim de organismos da mais alta excelência: o primeiro, a par de sua especificidade temática, incorporava o plurimidiatismo e as mais avançadas concepções da pós-modernidade cultural; já o segundo, voltado para a História Natural e a Antropologia, constituía-se simplesmente no mais antigo e reverenciado museu do país, fundado por D. João VI em junho de 1818, havia mais de dois séculos, portanto. Tanta excelência e tanto potencial de atratividade não impediram que tais museus escapassem às malvezas do fogo. Nem ao descuido dos homens.

Certamente em razão de incúria administrativa, manutenção precária, falta de equipamentos e brigadas de prevenção e até mesmo por inexistência de políticas quanto ao uso de espaços culturais públicos, muitas outras instituições brasileiras foram também dominadas pelo poder destruidor do fogo em tempos mais recentes, a saber: o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, em 1978 e 1982; o Museu da Imagem e do Som, também do Rio, em 1981; o Centro Cultural São Paulo, em 2007; o Teatro de Cultura Artística, em São Paulo, 2008; o Laboratório de Répteis do Instituto Butantã, em São Paulo, 2010; o Teatro Villa Lobos, no Rio de Janeiro, 2011; o Museu de Ciências Naturais da PUC-Minas, em Belo Horizonte, 2013; o Auditório Simón Bolívar do Memorial

da América Latina, em São Paulo, 2013; o Liceu de Artes e Ofícios, em São Paulo, 2014 (que funcionava sem alvará havia 20 anos).

Com exceção de eventuais incêndios acidentais (como o do Centro Cultural São Paulo em 2007, devido à queda de um balão em seu telhado), a grande maioria dos sinistros havidos em espaços culturais tem origem em panes em instalações elétricas e sistemas de refrigeração, o que decerto implica em responsabilidade humana, em maior ou menor grau. Mas não há como esquecer os incêndios sabidamente criminosos, como o ocorrido no Rio de Janeiro na noite de 31 de março de 1964, no Teatro da UNE, que seria inaugurado dali a poucos dias, com a estreia da peça *Os Azeredo Mais os Benevides*, de Oduvaldo Viana Filho (Vianinha), com música de Edu Lobo. Tratava-se de um fogo assumidamente direitista e reacionário, ateado por provocadores e simpatizantes da quartelada que já havia descido as montanhas de Minas em direção ao Rio para ‘proclamar a escravidão’, como diria o genial samba do Sérgio Porto (Stanislaw Ponte Preta).

Pois bem: a peça não estreou, os artistas foram presos ou tiveram de fugir, o teatro e a UNE foram devidamente carbonizados e fez-se escuro no país. A partir de então, a *burritzia* casca-grossa passou a agir espontaneamente e por conta própria, não mais necessitando de incêndios e catástrofes outras para perseguir a cultura, as artes, os artistas, os intelectuais, a universidade, a imprensa e o povo em geral, como então se falava. Naqueles novos tempos de então, a gorilada tornou-se o próprio fogo destruidor, tomando a forma de milícias que invadiam teatros para espancar rodas-vivas de atores; que conspurcavam o sonho de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, ao arrombar as portas da Universidade de Brasília para ameaçar

professores, banir o cientista Roberto Salmerón e eliminar o líder estudantil Honestino Guimarães, tal como narrado em *Barra 68*, o excelente longa-metragem de Vladimir Carvalho; que encarceravam e exilavam compositores, escritores e pensadores; que aposentavam compulsoriamente professores da USP, cujos nomes logo figurariam num *Livro Negro* de triste memória; e que continuariam cometendo truculências diversas contra o saber e o talento do Brasil ao longo dos 21 anos seguintes. Quem podia (ou ainda pode) fazer tudo isso para reprimir a cultura, precisaria do velho fogo pra quê?

Para poder continuar destruindo a cultura do país, o fogo, matreiro e ardiloso, assumiu novas feições, disfarçando-se até de água só para engabelar a bugrada: a mesma Cinemateca Brasileira há pouco incendiada, ainda no passado ano de 2020 sofreu forte inundação que, embora pouco divulgada, impôs à São Paulo prejuízos culturais e materiais bastante expressivos. Com isso, a água-fogo fez estrago similar ao produzido em 1972 no Instituto Villa-Lobos do Rio de Janeiro, quando inundou um pátio em que se amontoavam, como lixo, numerosas e valiosas partituras (incluindo autógrafos de Villa-Lobos, Camargo Guarnieri e outros compositores brasileiros e latino-americanos), ali descartadas por ordem do general-interventor que assumira a direção daquela escola superior de música e mandara “limpar” a sala de arquivo onde as obras antes guardadas. Aliás, foi esse mesmo general que, fazendo as vezes de fogo, sumariamente expulsou, do Instituto Villa-Lobos, grande parte do seu corpo de professores (dentre eles, o locutor que vos fala), todos afastados sem qualquer formalidade ou reparação, episódio que ainda está para ser devidamente registrado nos anais da violência

contra a universidade no Brasil.

O insidioso fogo anti-cultural também eventualmente assume as feições dos ‘zelosos’ burocratas que, no bojo das instituições culturais do país, insistem em atrelá-las à sedução midiática, a ponto de priorizarem o espaço dos museus, arquivos, acervos e centros de documentação para atividades de produção de eventos glamourosos e lucrativos, tais como exposições de terceiros, coquetéis, promoções comerciais e até festas privadas, achando que com isso estão dando bom “uso público” àqueles espaços, quando na realidade podem estar deteriorando-os ou sobrecarregando suas infraestruturas, para que um dia venha o fogo e complete a destruição. Talvez essa burocracia estatal seja a mesma que se omite quanto aos deveres legais do Estado para com a cultura do país, a mesma que engessa, retarda ou boicota os projetos oficiais de incentivo cultural à sociedade, a que permite que acervos e catálogos de obras brasileiras sejam absorvidos por grupos econômicos privados ou transferidos impunemente para instituições do Exterior, ou mesmo a que se mostra incapaz de formular alguma política pública minimamente consistente para a cultura da nação.

Mas não nos enganemos: o fogo que devasta cinematecas, museus, teatros, bibliotecas, auditórios, galerias e outros espaços culturais por esse Brasil afora é um verdadeiro flagelo, só que não é o pior. O mais perigoso fogo que ora nos ameaça é o fogo do descaso, do descrédito e da perseguição governamentais à própria cultura do país e ao seu povo.

Instaurado e nutrido pelo atual governo, esse fogo vergonhoso e maléfico nasce de um endereço certo: o terceiro andar do Palácio do Planalto.

Agosto de 2021
(*) *Maestro e compositor*